

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO - UNICAP

**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL**

ANNA KARLA DA SILVA PEREIRA

**OS INSTRUMENTOS DE CASTIGO E PUNIÇÃO DE ESCRAVIZADOS DO MUSEU
DO HOMEM DO NORDESTE E SEUS USOS NAS DISPUTAS DE NARRATIVAS
DAS MEMÓRIAS NEGRAS**

**RECIFE
2021**

ANNA KARLA DA SILVA PEREIRA

**OS OBJETOS DE CASTIGO NO MUSEU DO HOMEM DO NORDESTE:
OBJETOS DE CASTIGO E PUNIÇÃO E SEUS USOS NAS DISPUTAS DAS
NARRATIVAS DAS MEMÓRIAS NEGRAS**

Relatório técnico para apresentação de produto à banca do Mestrado Profissional em História, da Universidade Católica de Pernambuco, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador(a): Prof. Dr. Tiago da Silva Cesar

P436i Pereira, Anna Karla da Silva

Os instrumentos de castigo e punição de escravizados do Museu do Homem do Nordeste e seus usos nas disputas de narrativas das memórias negras / Anna Karla da Silva Pereira, 2021.

49 f. : il.

Originalmente apresentado como Relatório técnico de Mestrado Profissional em História.

1. Museu do Homem do Nordeste. 2. Escravidão.
3. Instrumentos de tortura. 4. Negros. 5. Memória. I. Título.

CDU 069 (81)

Luciana Vidal - CRB4/1338

FOLHA DE APROVAÇÃO

Anna Karla da Silva Pereira

OS INSTRUMENTOS DE CASTIGO E PUNIÇÃO DEESCRAVIZADOS NO
MUSEU DO HOMEM DO NORDESTE E SEUS USOS NAS DISPUTAS DE
NARRATIVA DAS MEMÓRIAS NEGRAS

Trabalho de Conclusão do Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História – Mestrado Profissional da Universidade Católica de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Data de Aprovação - 23/ 09/2021

BANCA EXAMINADORA



Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP



Prof.^ª. Dr.^ª. Carlos Alberto Ivanir do Santos (Titular Externo)

Fundação Joaquim Nabuco-MEC



Prof. Dr. Helder Remígio de Amorim (Titular Interno)

Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP

RECIFE

2021

“Desperto um belo dia no mundo e me atribuo um único direito: exigir do outro um comportamento humano. Um único dever: o de nunca, através de minhas opções, renegar minha liberdade.” Frantz Fanon

AGRADECIMENTOS

À minha ancestralidade, base de toda construção, que me guia, me orienta, me protege. Aos que enfrentaram a travessia do atlântico e aos que lutaram por liberdade.

À minha família, Antonio Carlos Pereira, Zuila Maria da Silva Pereira, Guilherme Leonardo Trindade da Silva e Anna Beatriz da Silva Oliveira pelo cuidado, paciência e por todas as lutas que enfrentamos para avançarmos juntos passo a passo, em especial ao meu pai por todos os dias que o senhor trabalhou acreditando em mim, amo vocês. A minha tia Zuleide Beatriz, que sonhou e trabalhou para que isso fosse possível, desde que tudo isso era apenas um sonho dela, pois a vida e o sistema me impediam de ver possibilidade de ocupar esses espaços.

Á meu Orientador, Tiago da Silva Cesar pela confiança, pelo incentivo e por todas as vezes que me fez olhar o mundo com um novo olhar, me transformando sem dúvidas em uma pessoa melhor, além de ter me acolhido e enquanto coordenador e ter sido sempre brilhante e capaz de nos apoiar em todos os momentos.

Aos meus professores que fazem da educação a saída para mudanças do mundo, quero registrar que em meio ao desrespeito e aos ataques seguiremos firmes em defesa das instituições e dos profissionais da educação. Em especial gostaria de agradecer aos professores Flávio Cabral, Paulo Cadena e Hélder Remígio que me mostraram que é possível a construção de um ambiente acadêmico saudável, acolhedor, transformador e de altíssima qualidade. Obrigada por cada vez que se dedicaram a me ensinar mesmo fora da sala de aula, obrigada por cada documento que me enviaram porque sabiam que eu gostaria de aprender mais sobre a história do meu povo, obrigada pelo carinho, vocês transformam vidas e sem dúvidas, mudaram minha trajetória. À Universidade Católica de Pernambuco e a todos os seus colaboradores.

Aos meus amigos, Francisca Maria e Jairo Lucena aos quais dedico meu amor e minha admiração, obrigada por terem partilhado cada momento nessa caminhada, pelas alegrias e sorrisos e por todas as vezes que eu tive vocês para me dar as mãos, pela oportunidade de ter construído um livro juntos, por ter experienciado a forma mais bonita de tocar a vida de alguém. À vocês meu amor.

Á todos aqueles que hoje estão lutando nesse País por justiça, contra o racismo, por vacina e contra a fome.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo a realização de um catálogo baseado na coleção de instrumentos de castigo e punição expostas no Museu do Homem do Nordeste e de documentos do acervo; a coleção é composta por dezesseis objetos, todos expostos aos visitantes, documentos levantados entre 2018 e 2020. Refletimos e destacamos importância que os mesmos possuem enquanto memória e patrimônio histórico, cultural, étnico e social. O referencial teórico está ancorado nos conceitos de museologia de Possamai (2001), no de memória de Nora (1993) e Halbwachs (2003), representação e identidade de Stuart Hall. (2003). A metodologia utilizada está amparada na abordagem qualitativa, com caráter de pesquisa exploratória e descritiva. Museus são condensadores de memórias diversas e (re)significam o conjunto de seus objetos específicos, de suas coleções; dito de outra maneira, guardam, conservam, gerenciam e continuamente, imprimem novos símbolos, significados e significantes aos seus acervos. São instituições de preservação da memória, lançam mão de seu acervo, de seu patrimônio para produzir uma narrativa, contar a história de seus representados. Os procedimentos de pesquisas documentais foram realizados a partir de visitas técnicas, pesquisa em acervos físicos e virtuais. Entretanto, produzimos essas reflexões porque o espaço físico museu, não produz por si só narrativas, os homens fazem os museus e colocam dentro dele o discurso que querem que seja assimilado e apropriado pelos seus usuários. O que diferencia um museu do outro, é para quem está endereçado o discurso. Assim, a concepção de um museu, bem como sua manutenção, é estratégia política. O catálogo também é fruto do levantamento historiográfico da coleção e busca promover o debate crítico do uso das exposições para a construção das memórias coletivas e das relações de poder.

Palavras-chaves: instrumentos de castigo e punição; Memória; Museu do homem do Nordeste.

ABSTRACT

This work aims to create a catalog based on the collection of instruments of punishment and punishment displayed at the Museu do Homem do Nordeste and documents from the collection; the collection consists of sixteen objects, all exposed to visitors, documents collected between 2018 and 2020. We reflect and highlight the importance they have as a memory and historical, cultural, ethnic and social heritage. The theoretical framework is anchored in the concepts of museology by Possamai (2001), in the memory of Nora (1993) and Halbwachs (2003), representation and identity of Stuart Hall. (2003). The methodology used is supported by the qualitative approach, with the character of exploratory and descriptive research. Museums are condensers of diverse memories and (re) signify the set of their specific objects, their collections; in other words, they keep, conserve, manage and continually print new symbols, meanings and signifiers to their collections. They are institutions for the preservation of memory, using their collection, their heritage to produce a narrative, telling the story of their represented. The documentary research procedures were carried out from technical visits, research in physical and virtual collections. However, we produce these reflections because the physical museum space does not in itself produce narratives, men build museums and place within it the discourse they want to be assimilated and appropriated by its users. What differentiates one museum from another is to whom the speech is addressed. Thus, the design of a museum, as well as its maintenance, is a political strategy. The catalog is also the result of the collection's historiographic survey and seeks to promote a critical debate on the use of exhibitions for the construction of collective memories and power relations.

Keywords: instruments of punishment; Memory; Museum of the Northeast.

LISTA DE FOTOS

Foto 01 - Fachada do Museu do Homem do Nordeste

Foto 02- Planta baixa do Museu do Homem do Nordeste

Foto 03 - Cepo, objeto da Coleção de objetos de castigo e punição do Museu do Homem do Nordeste.

Foto 04 - Gargalheiras, correntes e libambo

Foto 05- Gargalheiras e algemas

Foto 06- Vira mundo.

Foto 07- Algema.

Foto 08- Reprodução da imagem da ama de leite Mônica.

Foto 09- bola de ferro.

Foto 10 - vira mundo.

Foto 11- Algema.

Foto 12- Gargalheira.

Foto 13- Carta de Freyre á Rodolfo Garcia.

Foto 14- Livro de tombo, registro das peças da coleção de objetos de castigo do Museu do Homem do Nordeste.

Foto 15- Documento de descrição e valor de compra de parte das peças da coleção.

Foto 16 - Registro das peças do acervo Museu do açúcar.

Foto 17 - Carta de agradecimento do museu do açúcar à Amaro Gomes Cunha;

Foto18- Postal do Museu do Homem do Nordeste

Foto 19- Postal do Museu do Homem do Nordeste

Foto 20- Visita Técnica ao MUHNE

Foto 21- Visita Técnica ao MUHNE

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
1.MEMÓRIA E PATRIMÔNIO MUSEOLÓGICO.....	10
1.1 O Museu do homem do Nordeste	13
2. DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICO.....	15
2.1 Peças de objetos de castigo do Museu do Homem do Nordeste.....	19
2.2 Documentação do acervo do Museu do Homem do Nordeste.....	34
3.DISSCUSSÃO SOBRE O FORMATO.....	38
CONCLUSÃO	83
REFERÊNCIAS.....	86
APÊNDICE.....	42

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste catálogo é analisar a idealização expográfica do MUHNE relativo à parte do espaço museal destinado aos povos africanos e/ ou afro-descendente associado ao passado escravista, com ênfase na exposição dos instrumentos de castigo e punição de escravizados. Essa pesquisa parte da premissa de produzir reflexão sobre as interfaces entre memória, política, antropologia e fazer historiográfico, produzindo uma ferramenta analítica para compreender a “disputa pela memória” nos museus e como a história e o passado de populações subalternizadas vêm sendo musealizados e expografados, reivindicados, patrimonializados, servindo de arena de luta política e cultural.

O trabalho realizado pelo historiador consiste na produção de uma versão verificável a respeito de um determinado tema, embora influenciada pelo seu local de fala, suas leituras, em síntese, por sua cultura. Essa é então, mais uma alternativa para se entender a história e sua influência na contemporaneidade.

A produção deste trabalho se justifica como forma de resistência construída ao longo da minha vida, resumindo experiências constituídas em torno dessa discussão de direito a memória, trazendo luz a um incômodo de parte das mulheres e homens negros brasileiros que que foi estereotipado como inerte, silenciosos, meros espectadores do processo de escravização e libertação, grupos que reivindicam a disputa dessas narrativas e que entendem que contar sobre a escravidão no Brasil é sobretudo reivindicar as memórias das injustiças, da resistência, das lutas, das articulações políticas e das vitórias de povos que participaram ativamente da construção do País. Trago ainda a necessidade de problematizar a manipulação de narrativas e o esquecimento de questões que desembocam em embates de uma política que permeia a constituição das memórias. Nesse sentido, desejo nessa pesquisa deixar uma contribuição para que nos enveredemos pelos rastros/restos que sobraram de trajetórias, no intuito de esboçar outra história e contribuir com a possibilidade de que se faça uma leitura mais aprofundada também do presente.

Tenho sido levada a escrever sobre todas essas experiências e contradições entre o que me foi contado durante a vida e o que a historiografia hoje me apresenta, o conflito da história oficial e a luta de meus antepassados, o lugar de subalternizados e silenciados da história oficial e do reconhecimento das minhas próprias lutas que nunca foram passivas. Essa análise perpassa por evidenciar e trazer percepções construídas nos espaços museais durante a minha vida e sobre as sensações de não lugar que me tomavam, para além da perplexidade

quase paralisante de ficar diante de uma história de glamourização, dor e apagamento das lutas do povo preto.

Reconheço assim a responsabilidade com quem veio e virá, e que irá encontrar nos questionamentos apresentados a possibilidade de construir novos embates e novas pesquisas, nessa perspectiva de retomada da voz e do olhar sobre as diversas construções sociais, que se dão através das disputas e sobre a possibilidade de se contar outra história para as novas gerações que visitam as exposições, reafirmando que a história não é feita apenas da narrativa dos que se apresentam como vencedores.

Os museus são importantes espaços de produção simbólica, difundem narrativas relacionadas com as noções de lembrança e esquecimento, silêncio e fala, preservação e destruição, tornando-se, assim, espaços de poder. Tem ainda a função de nos fornecer informações sobre nossa origem, identidade, posição e papel no mundo, selecionando essas informações para que possam ser transmitidas.

2. DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Desde as primeiras décadas do século XX, com a obra de Maurice Halbwachs sobre os Quadros Sociais da Memória, historiadores e cientistas sociais, além dos psicólogos, reconheceram a importância de se aprofundar os estudos da memória coletiva para maior entendimento dos processos identitários dos grupos sociais. Para Hall, “o conceito de identidade ainda é demasiadamente complexo, muito pouco desenvolvido e muito pouco compreendido na ciência social contemporânea para ser definitivamente posto à prova” (HALL, 2011, p. 8). Dessa maneira, a impressão de que nossa identidade é unificada desde o nascimento até a morte.

De acordo com Ermakoff:

O hábito de colecionar é inerente aos humanos, em maior ou menor escala. O que os diferencia em relação ao tamanho e ao valor de suas coleções muitas vezes está ligado a dedicação, oportunidade e, por que não dizer, disponibilidade de meios para adquirir novas peças. Alguns colecionadores que, de certa forma, conseguem aliar as três condições acabam formando acervos de grande importância cultural, o que automaticamente gera a necessidade de difusão desses acervos para o conhecimento da sociedade. (2014, p. 63)

O resgate de informações individuais ou coletivas constitui uma construção historiográfica, independente de qual o tipo de suporte que esteja proporcionando as informações ou evidências, seja ele pedra, carta, jornal, revista, rádio, televisão, fotografia,

cinema, internet etc. As exposições são formas de contar e muitas vezes elaborar uma construção de memória coletiva, a reconstituição de uma história inteligível que fornece informações subsidiárias para trabalhar no resgate da memória. A reconstrução do passado de uma sociedade proporciona alicerce para que haja uma leitura do presente e uma visão futurista, estruturando continuamente suas identidades.

Abandonando a noção de senso comum que define museu como conjunto de coleções delimitadas e hierarquizadas para a ideia de um espaço impreciso e complexo, atravessado por múltiplos agenciamentos e dispositivos (Guattari, 2007) me interessa refletir sobre as disputas por memória encarnadas nas novas políticas patrimoniais que vem se desenrolando em todo o mundo.

Nesse aspecto, é fundamental reconhecermos os museus como um dos elementos constitutivos dessas práticas, espaços de poder legitimadores de narrativas, promotores de discursos e controladores de versões concorrentes, compreendendo que as memórias selecionadas não são neutras.

Portanto, longe de esgotar a reflexão sobre as interfaces entre memória, política, antropologia e fazer historiográfico, propõe ferramentas analíticas para compreender a “disputa pela memória” nos museus e como a história e o passado de populações subalternizadas vêm sendo musealizados, expografados, reivindicados, patrimonializados, servindo de arena de luta política e cultural. A história cultural, que ainda faz se necessário reafirmar, favoreceu uma mudança epistemológica, constitui uma nova forma de se produzir história e não um simples modismo, não trabalha com o fato, mas com representações que nos foram passadas pelas narrativas acerca deles. Sobre isso Pesavento disse:

Entendemos a história cultural não como uma “virada de mesa” em relação a pressupostos teórico-metodológicos, mas como uma nova abordagem, um novo olhar que se apoia sobre análises já realizadas, e por sua vez, avança dentro de um determinado enfoque (2003, p. 2).

Lugares de memória e também de esquecimento seletivo, os museus desempenham um papel pedagógico junto aos cidadãos, independente das definições de educação e/ou cidadania nas quais se baseiam. Seus usos refletem na construção social da memória e da representação de grupos na sociedade, ou como diria Nora, não são frutos de uma operação natural:

Pois, os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais (1993, p. 13).

Portanto, cultivar a memória através de referenciais externos e coletivos, constituindo-os enquanto patrimônio afetivo de um grupo faz parte do próprio conceito de identidade, quanto da formação e do processo de consolidação dos Estados Nacionais modernos. Estes lugares de memórias, são verdadeiros templos ou parques de diversões dos exercícios de poder. Entende-se que a memória é um dos elementos essenciais para a construção da identidade de um grupo, de uma sociedade, de uma nação, vez que tanto individual, como coletivamente, a memória induz o sentimento de identidade e continuidade.

Não é difícil concordar com o fato de que, do ponto de vista sociológico, toda e qualquer identidade é construída. Todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado (CASTELLS, 2006, p. 23). A construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Refletir sobre o conceito de Identidade, Africanidade e Afrodescendência perpetuada através da memória, agora atualizada pelos registros imagéticos e audiovisuais implica em reconhecer e investigar as consequências e os impactos da preservação da memória e do patrimônio dos povos Africanos difundidos através de processos informáticos e hipermediáticos; em outras palavras, pretende-se aqui chegar àquilo a que Walter Mignolo (2000) chama de uma crítica da modernidade baseada em experiências geopolíticas e memórias da colonialidade. Queremos, portanto, refletir acerca das implicações éticas, étnicas e estéticas do uso das imagens dos afro-brasileiros em contextos museais, isto é, será que patrimonializar e espetacularizar populações historicamente subalternizadas tem afetado as hierarquias e o imaginário racial sobre o negro no Brasil?

Entendemos que pensar as novas políticas patrimoniais pode ser a possibilidade de produzir a insurgência epistêmica como condição para descolonizar a memória e as imagens da população afro-brasileira. Nesse tempo em que a exacerbação da memória parece ter se tornado a chave para compreender/interrogar nossa história e nosso passado, convém lembrar a advertência de Jelin quando diz que:

Cabe establecer un hecho básico. En cualquier momento y lugar, es imposible encontrar una memoria, una visión y una interpretación únicas del pasado, compartidas por toda una sociedad. (...) Siempre habrá otras historias, otras memorias e interpretaciones alternativas en la resistencia, en el mundo privado, en las Catacumbas. Hay una lucha política activa acerca del sentido de lo ocurrido, pero también acerca del sentido de la memoria misma. El espacio de la memoria es

entonces un espacio de lucha política, y no pocas veces esta lucha es concebida en términos de la lucha (contra el olvido): recordar para no repetir.(2002. pag.06.)

Para a autora, a luta da memória contra o esquecimento (contra o silêncio) esconde uma disputa entre memórias rivais (cada uma com seus próprios esquecimentos). Trata-se na verdade, de memória contra memória. A memória pode e deve ser entendida como elemento importante para a análise do pensamento social, ora como agente agregador (memória da ancestralidade africana) ora como empecilho à formação de uma nação moderna e mestiça como pensava, por exemplo, Gilberto Freyre e S. Romero. Se a noção de raça se construiu como um “problema brasileiro”, a memória como artifício discursivo e político ajuda(ou) a fabricar as múltiplas interpretações sobre o Brasil, operando em paralelo e ao lado de categorias como etnia, nação, território, identidade, auxiliando na difícil tarefa de ancorar os fatos reais ou esquecidos. Numa visão mais contemporânea, este tipo de museu busca não só angariar objetos testemunhos de um modo de vida, como também, e principalmente, contextualizá-los dentro do período histórico, condições de vida, ambiente, contato cultural, formas sociais, onde foram produzidos, denotando, portanto, a influência da escola do Culturalismo Americano de Boas. Por isso o Museu do Homem do Nordeste, constrói-se à base de pesquisas de campo para a informação de visitantes interessados na cultura do Norte e Nordeste do Brasil e para auxílio a pesquisadores (FREYRE, 1979, p. 6).

A expectativa do público visitante deixou de ser a da mera contemplação de objetos ditos raros para se transformar no desejo de travar uma experiência com aquilo que está sendo exposto e é através desse momento de vivência museal que se tem contato com objetos que retratam histórias de crimes cometidos contra um determinado povo, história que se conecta diretamente com a história do nosso país e é na busca da análise dessa experiência que esse catálogo analisará o acervo do Museu do Homem do Nordeste. A foto a seguir é a imagem atual do Museu do Homem do Nordeste.

Foto 01: Museu do Homem do Nordeste



Fonte: Acervo Pessoal, 2019.

O Museu do Homem do Nordeste (Recife/PE.), fundado através da lei nº 6.687, de 17 de Setembro de 1979 foi concebido a partir dos acervos do antigo Museu do Açúcar, do Museu de Arte Popular e do Museu de Antropologia, inspirado no conceito de museu regional defendido por Gilberto Freyre.¹ A concepção do MUHNE visava oferecer uma síntese da formação e das “gentes” que formavam o Nordeste do Brasil.

1.1 O Museu do Homem do Nordeste

Localizado na cidade do Recife-PE, o MUHNE foi fundado em 1979, a partir dos acervos do antigo Museu do Açúcar, do Museu de Arte Popular e do Museu de Antropologia, inspirado no conceito de Museu Regional do sociólogo e antropólogo Gilberto Freyre. Para a idealização do Museu do Homem do Nordeste, Freyre pensou em um museu antropológico que “ultrapassasse o convencionalmente histórico e se firmasse já como antropológico-cultural ou histórico-social”. No Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife (1934), Gilberto Freyre afirma que, ao contrário do Rio de Janeiro e de Salvador, a acanhada Recife não é uma cidade escancarada, que se ofereça aos primeiros olhos, sendo necessário adentrá-la para descobrir seus encantos, o que ela tem de belo. Assim como esta cidade, foi necessário tempo e envolvimento para um despertar sobre a poesia presente na obra deste autor, pois em um primeiro momento, pensar em pesquisa-lo parecia um tanto

¹ sociólogo, historiador, antropólogo, pintor e escritor, gilberto de mello freyre nasceu em recife, em 1900 em uma família tradicional, descendente da elite de senhores de engenhos coloniais. Concluiu em 1917, o curso colegial no colégio americano batista gilreath de pernambuco, seguindo para os estados unidos aos 18 anos, onde fez seus estudos universitários na universidade de baylor (bacharelado em artes liberais com especialização em ciências políticas e sociais) e na Universidade de colúmbia (mestrado e doutorado em ciências políticas, jurídicas e sociais), onde defendeu em 1922 a tese vida social no brasil em meados do século xix. Neste período estuda com o antropólogo franz boas, de quem vai receber relevantes influências, e mantém o vínculo com o brasil atuando como colaborador para o diário de pernambuco, para onde escreveu relatos e opiniões sobre o cotidiano. O autor entra em evidência a partir da publicação de casa grande e senzala (1933), que juntamente com sobrados e mocambos (1936) e ordem e progresso (1959), forma a trilogia sobre a história da sociedade patriarcal brasileira. Suas obras estão entre as importantes referências para o debate sobre a formação da identidade nacional, sendo um dos diferenciais de freyre a sua controversa tese de que a riqueza cultural brasileira originou-se da mistura de raças – miscigenação racial – proporcionada pela plasticidade do colonizador português, o que teria facilitado o contato e o relacionamento com os colonizados cordatos – índios e negros. Considerado pioneiro da sociologia no brasil, em 1926 foi um dos idealizadores do i congresso Brasileiro de regionalismo, evento do qual teria resultado a publicação do manifesto regionalista –Documento contrário aos ideais futuristas da semana de arte moderna de 1922 e que propunha a valorização de elementos locais em oposição às influências das vanguardas europeias na produção artística brasileira – sendo o conceito de regionalismo base para suas análises e sugestões sobre artes, moda, culinária, arquitetura, etc. Foi o idealizador do museu do homem do nordeste, museu que verá inaugurado em 1979. Faleceu em recife, no ano de 1987.

desinteressante.² No artigo publicado no Diário de Pernambuco, ainda jovem, Gilberto expõe já de maneira bastante madura o que seria um “bom” museu para “a gente do povo”.

E ainda nos recordaria um museu de artes retrospectivas o que nos primeiros séculos da vida pernambucana produziram a ourivesaria e a escultura em madeira e marfim [...] haveria ainda que se destacar dentre pequenas artes-caseiras ou domésticas, umas, como a do bico e renda pelo processo desbilros e das almofadas em espinhos de mandacaru; plebeias, várias, como a da louça de barro, a dos cachimbos, a dos chapéus de palha de Ouricuri e das redes de trançado, a dos tamancos, e dos côcos de beber água. Em tudo isso se tem afirmado, às vezes de maneira interessante, a ingênua imaginação da nossa gente do povo. (FREYRE, 1924).

O gosto apresentado através dos relatos e publicações que contavam seu olhar sob o cotidiano e a forma pela qual apresentava expressões estéticas das feiras livres, dos artesanatos manuais, e a aposta nas oposições, casa grande e senzala, negro e branco, rural e urbano é uma das marcas não só dos escritos de Freyre, mas da maneira de expor o Nordeste no MUHNE. Uma vez identificada a presença de uma imaginação museal no pensamento de Gilberto Freyre, os contornos deste trabalho se devem ao desejo por investigar as bases teóricas das formulações do autor sobre museus e como o conceito de compreensão empática – acionado em suas interpretações – relaciona-se com seu projeto museológico como uma estratégia de aproximação entre objeto, público e história.

Neste quesito, Freyre afirma que caberia ao museu atuar como um contraponto às salas de aulas³, vistas pelo autor como desinteressantes, portanto não eram capazes de sensibilizar os ouvintes a ponto de torná-los assimiladores do conteúdo proferido, por sua vez, um museu bem orientado deveria ir muito além da aula verbal, teria como missão ser propulsor de experiências educativas, assim sua organização deveria estar orientada não apenas para o olhar, mas para os sentidos, daqueles que o “olham com olhos capazes não de engolir mas de mastigar o que veem”⁴. E assim, lançando mão de uma metáfora digestiva o autor diz de sua ambição: que os visitantes, por meio de seduções museológicas, se aventurem a percorrer um amontoado de coisas organizadas aparentemente de forma espontânea para que encontrem, apreendam e se reconciliem com sua ancestralidade.

² Como grande parte dos pesquisadores brasileiros formados na virada do século XX para o século XXI, não havíamos convivido com o pensamento freyreano senão como um mito do qual nos distanciávamos pela então “certeza” de seu caráter conservador. O apartamento do pensamento de Gilberto Freyre, sobretudo das ciências humanas, deve-se, em partes, pela conturbada relação do autor com as oligarquias e com setores conservadores da política brasileira. Para um bom panorama das redes de adesão e oposição ao pensamento do autor, além do seu perfil intelectual e outros dados biográficos, recomendamos a leitura de REZENDE, 2000; PALLARES-BURKE, 2005; GIUCCI; LARRETA, 2007.

³ FREYRE, 1962.

⁴ FREYRE, 1979, p.9.

Não podemos contudo, deixar de apontar o lugar de fala de Freyre, ele falava de uma elite que experimentará a oportunidade conhecer grandes museus no mundo. Principalmente os museus locais de abordagem etnográfica como os que encontrou na Alemanha e em países da Europa Central, que possuem uma abordagem relacionada a história local, diferentemente dos grandes museus como os de Londres e Paris, que tinham suas exposições voltadas ao universalismo e que de forma híbrida apontavam para história natural e história nacional respectivamente. Podemos observar alguns desses aspectos em um texto em que o próprio Gilberto Freyre apresenta o recentemente criado Museu do Homem do Nordeste, apontando com especial valor os museus regionais e antropológicos.

Não deve, entretanto, ser esquecido o fato de que existem já em alguns países, museus com uma orientação da qual se vinham aproximando os três museus iniciais do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, e até, em alguns pontos, a excedendo no novo Museu do Homem do Nordeste. Entre estes, o Norks Folkemuseum, de Oslo, na Noruega, com sua exposição permanente, ao ar livre, de vários tipos de casas rurais ou agrárias [...] objetos organizados histórica e regionalmente; o Museu Real do Instituto dos Trópicos, de Amsterdam, onde há exposição permanente de técnicas de trabalho agrícola [...] o Museu da Pesca [...] – museu onde foi também recebido o antropólogo brasileiro, fundador do Instituto Joaquim Nabuco [o próprio Freyre] [...] Museus, esses, visitados pelo mesmo antropólogo brasileiro, sempre atento, como discípulo de Franz Boas, à importância dos museus para os estudos cientificamente sociais. (FREYRE, 1979, Pág. 09/10)

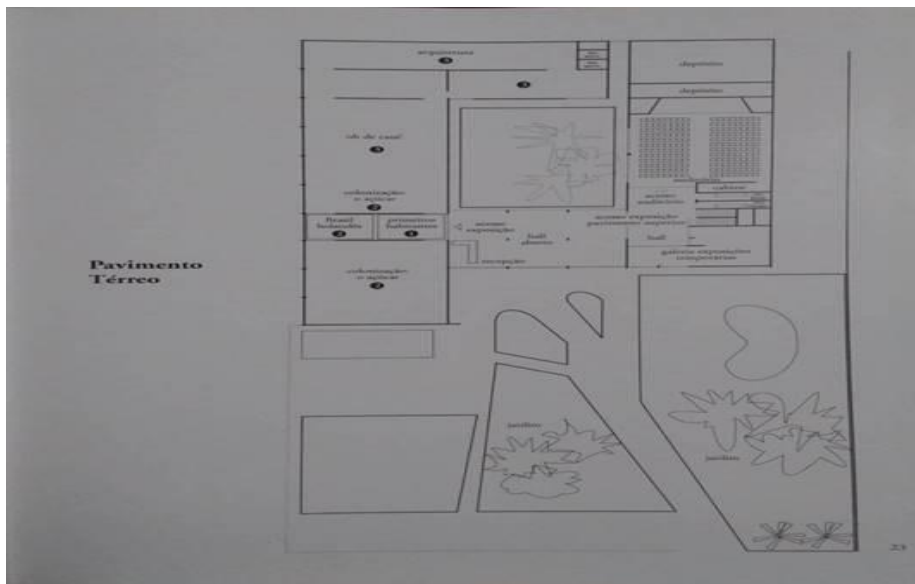
Dessa forma, Freyre é um dos mais complexo e contraditório dos pensadores brasileiros, tal constatação justifica imensa produção sociológica acerca de sua obra. A vitalidade de seu pensamento parece estimular vários debates ao longo dos últimos 50 anos, o pensamento de Gilberto Freyre pode ser entendido como uma sociologia da absorção da modernidade no Brasil. É importante salientar que na análise da formação social brasileira Freyre (1957, p. 17-18) afirma que os portugueses mudaram a forma de colonizar o Brasil, a partir de 1832, tornando uma colonização permanente e estável por meio da agricultura e da mão-de obra escrava. Monocultura em termos econômicos, em termos sociais, a família patriarcal, português e mulher índia. Funda-se o patriarcalismo. Este patriarcalismo familiar se desenvolveu para o autor como sem limites materiais e simbólicos e sem resistências.

O primeiro diretor do Museu foi o museólogo Aécio Oliveira⁵. O Museu do Homem do Nordeste teve oito dirigentes. Abaixo, apresentamos o quadro dos demais diretores do

⁵ Aécio de Oliveira entrou no então IJNPS em 1964, foi o primeiro museólogo da Fundação Joaquim Nabuco. Sua primeira concepção museológica para o Museu do Homem do Nordeste foi mantida, sofrendo apenas pequenas reformulações e introduções de novos acervos, até 2004. Aécio de Oliveira (1938-2012) foi um “filho de Apipucos” que ainda criança passou a compor a rede de amigos da família Freyre e que, pelos encontros e

Muhne, cujas gestões abordaremos nos próximos tópicos. Podemos observar que as gestões foram curtas até os anos de 1991 quando Antônio Carlos Duarte Montenegro fica à frente do equipamento cultural por 12 anos e, em seguida, a gestão de Vânia Brayner (2003), coordenadora por oito anos. De 1964 a 1966, Oliveira exerceu a função de assistente do professor antropólogo Waldemar Valente no Museu de Antropologia do IJNPS. Oliveira foi um dos idealizadores e diretor do Departamento de Museologia, do IJNPS, o primeiro a ser criado no Brasil, em 1972, no período de 1975 a 1982, assumindo, acumulativamente, no período de 1979 a 1981, a direção do Muhne. De 1985 a maio de 1986, voltou a assumir a direção do Muhne, quando, cedido ao Museu Paraense Emílio Goeldi, em Belém do Pará, se afastou para reestruturar a Divisão de Museologia e a exposição permanente daquela Instituição.⁶

Foto 2: Planta baixa do Museu do Homem do Nordeste



Fonte: Acervo do Museu do Homem do Nordeste, 2019.

demandas da vida, graduou-se museólogo, profissão que exerceu e pela qual se afirmou enquanto um dos formadores do campo da museologia no Brasil. Um dos elementos que impulsionou sua profissionalização foi a necessidade identificada pelos dirigentes do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais em ter uma equipe que fosse composta por um corpo técnico qualificado para as especificidades de um acervo museológico então composto por três museus distintos – o Museu do Açúcar, o Museu de Arte Popular e o Museu de Antropologia do IJNPS. Esta necessidade foi oportuna para que este “afilhado” de Gilberto Freyre fosse enviado para o Rio de Janeiro, “com uma bolsa de estudos, onde, no período de 1966 a 1969, foi estudante destacado do Curso de Museus do Museu Histórico Nacional” (CHAGAS, 2009, p.140). Em seu retorno ao Recife, Aécio se reintegra à equipe do IJNPS, e passa a articular a criação do Departamento de Museologia (DEMU) deste Instituto que, uma vez fundado, inicia suas atividades no ano de 1972.

⁶ GASPAR, Lúcia. Aécio de Oliveira. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 17 de janeiro, 2020

Como aponta Oliveira, “nos dias de hoje os museus estão em pleno renascimento, mas sua valorização está menos atrelada à sua contribuição à ciência, pois são vistos como espaços privilegiados da construção da memória e da identidade” (OLIVEIRA,2008, p.34). Os museus hoje possuem a função de conferir valor e de definir autenticidade a públicos distintos, que neles vão buscar experiências capazes de construir e representar suas narrativas identitárias sejam elas locais, regionais, nacionais ou globais. procuramos pensar como a figura de um museu representativo emerge de um conjunto de ideias e práticas construídas no âmbito do Movimento Regionalista do Recife⁷, uma vez que a criação do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais – com todos os seus recursos: núcleos de pesquisa, museus, editoras etc. – teria sua origem traçada nesse movimento. Dito isso, nos interessa pensar o regionalismo como momento propício para a elaboração de alguns dos principais elementos da teoria social de Gilberto Freyre, assim como para o reconhecimento do museu enquanto espaço ideal para o encontro com a região em processo de instauração.

“O fato imutável de cada um de nós ser filho de quem é excede a noção de fatalidade. O Nordeste poderia ter sido no Sudeste: a História ignora pontos cardeais”⁸, declara – em um gesto edipiano – o Manifesto Alter-Regionalista, lançado e assinado pelo Museu do Homem do Nordeste em 02 de novembro de 2011 com a intenção de problematizar, no cenário contemporâneo, o conceito de região⁹.O manifesto, que proclama os “Nordeste-teens”, como contraponto ou mesmo substituto ao Nordestino – nascido no século XX no escopo do projeto regionalista –busca desconstruir a ideia de uma identidade regional defendida e teorizada por Gilberto Freyre, enfatizando a existência de uma região rica por sua pluralidade e diversidade.

Podemos ler esse texto como um ato de insatisfação de um grupo, diante de uma tradição herdada, cujos espectros rodam o acervo do museu. Sendo assim, nos perguntamos – ou perguntamos ao manifesto: em que medida o desejo por reconhecer as diferenças que definem na atualidade o(s) nordestino(s) é uma ruptura ou um replicar da busca ontológica

⁷ Assumiremos aqui a nomeação Movimento Regionalista do Recife, assim referido por Freyre em depoimento cedido ao Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais em 1951. Acreditamos que se o citarmos apenas como Movimento Regionalista, corremos o risco de atribuir-lhe uma expansão que o movimento não alcançou, pois por mais que tenha contado com a adesão de outros estados, o regionalismo foi amplamente elaborado e proferido a partir de Pernambuco, tendo o Recife por capital. O que denota outra forma de construção de um pensamento hegemônico, desta vez ancorado na disputa sobre qual estado, sobretudo a partir da cultura, estaria autorizado a representar a região em sua totalidade.

⁸ MANIFESTO Alter-Regionalista, 2011.

⁹ O termo Nordeste é usado inicialmente para designar a área de atuação da Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), criada em 1919. A região, que no início do século XX era denominada ora por “Norte” ora por “Nordeste” é reconhecida em 1941 quando o IBGE estabelece a primeira divisão regional brasileira, sendo sua primeira composição formada apenas pelos estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Atualmente a região político administrativa do Nordeste é composta também pelos estados do Maranhão e do Piauí. ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009. p. 81; Idem, 2006; ANDRADE, 2002, pp. 40-41.

por um tipo de vida regionalmente definida? E, ainda, em relação ao trecho citado, afirmar que a história desconhece pontos cardeais não seria se furtar ao debate sobre o processo de constituição –histórica – dessa espacialidade? Quais as armadilhas políticas de, no âmbito da cultura, assumir-se a organização cartográfica do Brasil como mera contingência? Mais do que uma realidade geográfica, o Nordeste¹⁰ “é um conjunto de práticas, de ideias e imagens que se articulam em múltiplos significados”¹¹ decorrentes de uma diversidade de experiências com o espaço. É neste sentido que o historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior argumenta, em *A Invenção do Nordeste e outras artes* (2009), que o seu surgimento como prática discursiva e imagética ocorreu nas primeiras décadas do século XX, ante o desenvolvimento da modernidade, razão pela qual o autor discorda de uma visão naturalizada da região e evidencia sua construção histórica, pautada por uma seleção de mitos, paisagens, memórias e sentimentos tomados como marca de originalidade.

O autor ainda aponta que o Movimento Regionalista foi um dos principais marcos de elaboração da região e interpreta seu surgimento como uma resposta aos dispositivos de nacionalidade¹² que, ao apontarem para a necessidade do apagamento das diferenças regionais em nome da integração da nação, geraram os principais embates na busca das autorizações por dizer o Brasil, nos primeiros anos de experiência republicana. Esses dispositivos atuavam na produção de desejo pela nação, pela superação das vinculações localistas, comunitárias, impondo a necessidade de que os sujeitos se identificassem com um espaço e um território outro, que pertencessem a uma comunidade mais ampla, delimitada por fronteiras instituídas seja através de guerras, seja por convenções. Razão pela qual tal dispositivo faz emergir a procura de signos e de símbolos, que preencham um ideal de nação, a tornando visível e a traduzindo para todo o povo. Ele dispara a procura de elementos que singularizem o país, sobretudo os mais novos, tendo a cultura e as artes um importante protagonismo na produção imagético-discursiva de territórios.

¹⁰ O termo Nordeste é usado inicialmente para designar a área de atuação da Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (IFOCs), criada em 1919. A região, que no início do século XX era denominada ora por “Norte” ora por “Nordeste” é reconhecida em 1941 quando o IBGE estabelece a primeira divisão regional brasileira, sendo sua primeira composição formada apenas pelos estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Atualmente a região político administrativa do Nordeste é composta também pelos estados do Maranhão e do Piauí. ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009. p. 81; Idem, 2006; ANDRADE, 2002, pp. 40-41.

¹¹ HOLANDA, 2011.

¹² Esse dispositivo da nacionalidade faz emergir mecanismos de produção de territórios homogêneos: como a nação, a cultura nacional, a política nacional, a economia nacional, o trabalhador nacional, o movimento trabalhista nacional etc., que buscam produzir uma centralização de sentidos. A nacionalidade é um dispositivo sutil de homogeneização das diversas relações sociais e de sua centralização no âmbito da soberania e da dominação.

No seio dos embates pela construção da nação brasileira, o movimento que teve no jovem Gilberto Freyre seu principal arauto surgiu estabelecendo diferenças com outro projeto cultural, que se pretendia nacional: o Modernismo, propalado a partir de São Paulo e considerado inoportuno pelo autor pernambucano, que acusava seus expoentes de terem tomado como programa representar o país com uma estética “construída à base de importação de modelos exógenos”.¹³ Posteriormente conceituado como “regional, tradicional e, a seu modo, moderno”¹⁴, o regionalismo buscou afirmar sua autonomia em relação ao movimento paulista, afirmando seu pensamento não como um desdobramento nordestino da Semana de 1922, mas como um conjunto de ideias pautadas em interesses e estratégias específicos que mesmo em estreita relação com o local não se imaginava, contudo, restrito.¹⁵

É sob esse prisma que em 28 de abril de 1924 é fundado no Recife o Centro Regionalista do Nordeste, convergência de filhos da aristocracia, ligadas a diferentes posições políticas¹⁶, que se reuniam às terças-feiras para degustar aqueles que supunham como os mais autênticos sequilhos e doces e discutir entre um brinde de licor de pitanga e outro – os problemas do Nordeste e a necessidade de modernização da região, buscando assegurar, por sua vez, que as transformações tivessem como horizonte a preservação de um ideal de tradição e de origem, além de empenharem-se em prol do desenvolvimento do sentimento de unidade regional e da promoção e difusão de estudos sobre a vida e as questões nordestinas¹⁷. Ou seja, desenvolvimento com a garantia da manutenção do status quo das elites – sobretudo das eminentes famílias açucareiras – e de suas tradições.

Faz-se necessário uma análise sobre a construção da história museal onde a principal função do museu era aumentar a integração da burguesia aspirante com essas classes dominantes em termos que fossem favoráveis às antigas elites. Os museus eram considerados espaços reservados à classe dominante, não sendo identificados como ambientes permitidos às

¹³ QUINTAS, 2000.p.32

¹⁴ Até, pelo menos, o ano de 1955, como atesta o prefácio escrito para a 2ª edição do Manifesto Regionalista (1996. pp. 93-94), Freyre ainda não havia incorporado os adjetivos "tradicionalista" e "modernista" ao regionalismo preconizado em 1926.

¹⁵ DINIZ; HEITOR, 2010, p.16.

¹⁶ Como afirma Freyre no prefácio à 6ª edição do Manifesto Regionalista: "Daí terem parecido absurdamente contraditórios aos olhos de muitos dos que então não os compreenderam. Pois como poderia um movimento ser tradicionalista, com os Júlio Bello, com os Pedro Paranhos e com os Luís Cedro, e admitir, entre seus líderes, marxistas como Moraes Coutinho, sequiosos de modernização –a modernização do Brasil – por processors até politicamente revolucionários?" 1996.p.96-97

¹⁷ Programa de ação do Centro Regionalista do Nordeste (DP 7/5/1924).

classes médias ou baixas (MAYER, 1987). Os museus agregaram, ainda, novos significados e se transformaram em espaços propícios ao lazer e ao entretenimento.

3. DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Originalmente, o espaço dessa história e memória foi dividido em cinco salas sendo cada uma delas destinada a apresentar elementos, objetos, instrumentos, vestimentas, imagens e outros vestígios das três principais matrizes, e desde a sua fundação, o MUHNE, sob a responsabilidade da diretoria de documentação da Fundação Joaquim Nabuco, fundada em 21.

Atualmente seu acervo é composto de coleções caracterizadas pela heterogeneidade e variedade de objetos provenientes das casas de famílias abastadas, até objetos simples do cotidiano de famílias pobres, o acervo abriga ainda coleções de artes, brinquedos, vestuários, instrumentos de festas populares, além de objetos dos povos indígenas e outros vestígios que representam a diversidade cultural nordestina, europeia e africana que povoaram a região.

Dentre os objetos atualmente expostos no MUHNE, há dezesseis instrumentos de castigo e punição, adquiridos em leilão e oriundas do extinto Museu Simões da Silva, que funcionou no bairro carioca de Botafogo até a primeira metade do século XX. O referido leilão fora realizado por Horácio Érnane de Melo, no Rio de Janeiro, e as peças vieram a integrar o antigo Museu do açúcar em 15 de julho de 1957, conforme consta no livro de tomo e documentação consultada no Muhne¹⁸.

Uma outra parte da coleção é oriunda de doação de proprietários de engenhos de Pernambuco, tal como podemos verificar em um documento de doação feita por Amaro Gomes Cunha Rabelo, do engenho Tabarre Grana. Junto a ela encontramos uma carta de agradecimento em nome do Instituto do Açúcar e Alcool, datada em 20 de abril de 1961, e assinada pelo então diretor Fernando da Cruz Gouveia, onde se reforçava o comprometimento da instituição com a preservação da memória referente “às gentes e as coisas dos canaviais”. Importante destacar que até o presente momento desta pesquisa as análises mostram que essas peças nunca saíram da exposição, desde a abertura do museu são objetos de destaque na construção expográfica.¹⁹

¹⁸ A pesquisa foi realizada no acervo do MUHNE com acesso ao livro de tomo, documentos de compra das peças, documentos de doação, arquivos de registro digitais também foram utilizados.

¹⁹ Expografia. Área da Museografia que “se ocupa da definição da linguagem e do design da exposição museológica, englobando a criação de circuitos, suportes expositivos, recursos multimeios e projeto gráfico, incluindo programação visual, diagramação de textos explicativos, imagens, legendas, além de outros recursos comunicacionais” (FRANCO, 2008, p. 61).

Originalmente o espaço dessa história e memória foi dividido em cinco salas sendo cada uma delas destinada a apresentar elementos, objetos, instrumentos, vestimentas, imagens e outros vestígios das três principais matrizes: indígena, europeia e africana que povoaram a região. Os instrumentos de castigo e punição de escravizados expostas na sala número três, referentes à marcante presença africana e das instituições escravocratas no Nordeste do Brasil, são tomadas aqui como produtoras de mensagens e representações poderosas que, em vez de indicar um questionamento crítico do nosso passado, acabam por conta da forma como são exibidos, exprimindo no seu limite, até um saudosismo das velhas práticas escravistas.

O não reconhecimento de alguns como sujeitos ativos na disputa das relações de poder implica nas permanências da dominação, pois não sendo sujeito não há enunciação, perpetuando-se assim a manutenção de um certo *status quo*. Em seu texto “Memória e Poder: dois movimentos”, Chagas (2002) realizou uma análise dos museus, visando compreender a relação entre memória e poder. O autor problematiza dois movimentos que discutem a relação entre memória e poder em instituições voltadas para a preservação do patrimônio cultural nos séculos XVIII e XIX e nos dias atuais.

A ideia que a Revolução de 1789 possa ter sido provocada pela memória acumulada reluz como o grande estopim para tal acontecimento, podendo assim dizer que o pesquisador possui razão quando menciona que existe um momento de memória que segue em rumo ao passado e chegando ao seu destino se “cristaliza”, como veneração saudosa, reminiscência que aliena e ladeia o indivíduo de si e seu próprio período temporal, “lembrança que reificada e saturada de si mesma e por isso sem possibilidade de criação e inovação”, existe ainda um momento de memória que se rasteja em direção ao presente. É a batida entre esses movimentos, sendo que o segundo leva a vantagem mesmo que por pouco tempo, que cria a possibilidade da memória ser um enorme disparador de modificações e alterações particulares e sociais.

Por esse caminho, compreende-se que ao admitir que a memória acumulada possa ter sido o dispositivo detonador da Revolução de 1789, está aberta a vereda para a compreensão de que no seio da memória acumulada (solução saturada), uma contramemória pode operar e pode desembocar no poder de agir. Avançando um pouco mais. Se de um lado a memória explode na Revolução, de outro a Revolução inaugura novas articulações de memória. Uma nova e moderna rede (de poder e memória) é construída, uma rede por onde passam novas relações de classe, novas relações com o corpo, com a religião, com as instituições públicas e privadas (CHAGAS, 2002, p. 5)

Apresentando discussões sobre as aproximações entre memória e poder nos dias atuais, tendo como fio condutor os museus, foi possível perceber a função do museu enquanto

local para salvaguardar o patrimônio. O autor conceitua o museu como “[...] um campo onde encontram-se os dois movimentos de memória e que desde o nascedouro está marcado com os germes da contradição e do jogo das múltiplas oposições” (CHAGAS, 2002, p. 16). As instituições museológicas são vistas como locais para se comemorar a memória do poder ou ainda aparelhamento com interesse em trabalhar com o poder da memória. Essas orientações de Chagas (2002) são fundamentais quando analisamos os patrimônios e as exposições museológicas relacionadas às diásporas²⁰ negras assim como nos apresenta uma possibilidade de análise sobre subalternidade e disputas.

O uso do termo subalterno não é apenas um sinônimo submetido a outro grupo social, não possuindo posição própria legítima e se afastando de uma posição hegemônica, “os que não conseguem lugar em um contexto globalizante, capitalista, totalitário e excludente” (FIGUEIREDO, 2010, p. 85). Spivak²¹ traz à tona a dualidade do termo representação, entre o “falar por” e a “representação” (1988, p. 275). Para essa autora, a condição de subalternidade é a condição do silêncio, ou seja, o subalterno carece necessariamente de um representante por sua própria condição de silenciado. Assim o subalterno é aquele que tem a fala impedida de reconhecimento e conseqüentemente de escuta, para oprimidos ou para os “outros”. O termo classe subalterna passa a ser usado com a finalidade de se referir a grupos que estão fora da estrutura estabelecida de representação política (NEVES, p.64, 2010).

Almeida (2018) afirma que existem três formas de racismo no Brasil: o individual (fruto de uma “patologia”, que pode ser individual ou coletivo, praticado por determinadas pessoas e pode ocorrer via discriminação racial, pelo desconhecimento do contexto histórico e pela falta de reflexão sobre seus reais efeitos para a sociedade); o institucional (está relacionado com a forma como funcionam as instituições, que concedem privilégios a alguns grupos, com base na ideia de supremacia de um grupo sobre o outro, colocando a raça como elemento principal); e o estrutural (ligado ao racismo institucional, que se utiliza das regras,

²⁰ A definição do conceito de diáspora, segundo o dicionário de relações étnicas e raciais (CASHMORE, 1996, não tem página?), vem dos antigos termos gregos *dia* (através, por meio de) (dispersão, disseminou dispersar) e está associada às ideias de migração e colonização da Ásia Menor e do Mediterrâneo (800 a 600 a.C). De acordo com Cashmore, na tradução grega do Deuterônimo, a palavra designa, também, maldição, visto sua referência à dispersão dos judeus exilados da Palestina depois da conquista babilônica. Por isso, a conotação inicialmente positiva das sociedades que se disseminavam por meio e entre diferentes geografias políticas e culturais transformou a diáspora num termo de opressão e de vitimização. É justamente por isso que, no sentido clássico, a noção de diáspora corresponde a exílio forçado, dor e sofrimento (REIS, 2010, p. 39).

²¹ Teórica crítica de origem indiana, cujo trabalho tem sido particularmente influente no campo do pós-colonialismo. Entre seus interesses de pesquisa estão o feminismo, o marxismo, a desconstrução e a globalização. Desconstrucionista, Spivak sofreu grande influência do pensamento de Jacques Derrida. A autora questiona o colonialismo e a forma como este sistema condicionou a forma de pensar sobre literatura, ciência e sociedade. “Pode o subalterno falar?” publicado em 1988, parece ser uma das obras mais importantes de seu percurso intelectual. O texto foi traduzido e discutido, debatido e criticado.

fazendo determinações a partir de uma estrutura social estabelecida, que torna normal e estabelece como verdade padrões e regras, sendo seu princípio básico a discriminatórios por raça).

É necessário lembrar que, como sinaliza Burke (2010, p. 17), a fronteira entre as várias culturas (do povo, das elites, popular, letrada) é vaga e seria mais proveitoso concentrar esforços na interação e não na divisão existente entre elas. E ainda: deve-se ter em mente que seja qual for a cultura, em relação às suas especificidades distintivas, esta coexiste com as outras no meio social. Estratégias de resistência dos escravizados, em diversas regiões do Brasil, ensejaram temáticas variadas de pesquisas.²²

Nesse emaranhado de temas, o crime foi interpretado, muitas vezes, como aspecto da resistência cotidiana dos escravizados. Vários autores abordam os atos criminosos cometidos por escravizados como correspondentes às tentativas de resistência e sobrevivência no mundo do cativo. Essas evidências, nos estudos sobre a escravidão, corroboraram para o aparecimento do estudo do crime enquanto objeto de análise.

De acordo com Machado (1987, p. 125) os crimes de roubos/furtos as subtrações de gêneros alimentícios e dinheiro, cometidas por escravos, correspondiam às estratégias de sobrevivência e acumulação, respectivamente. Os escravos justificavam seus furtos como uma forma de apropriação de uma parcela da produção realizada e de defesas de práticas costumeiras ameaçadas.²³ Seguimos buscando problematizar a ausência dessas correlações de forças nas exposições museais e sua relação com a manutenção dos discursos dominantes e as permanências nas práticas sociais contemporâneas.

Os processos criminais como forma de acessar o cotidiano, poderão contribuir para o aprofundamento de futuras pesquisas. De fato não é objetivo da pesquisa fazer uma revisão bibliográfica sobre a criminalidade, nem tampouco um balanço sobre o uso da documentação judiciária nos estudos de história, mas vale indicar sua existência e importância para as discussões acerca das relações entre senhores e escravizados e de que esses indivíduos não estavam, apenas, motivados pela fome.

Segundo Pearce (2005, p. 11-21), pensar o museu na atualidade implica admitir a sua face fenomênica, capaz de assumir diferentes formas e apresentar-se de diferentes maneiras,

²² O furto/roubo, por exemplo, foi uma possibilidade alternativa e urgente de ação em vistas do suprimento das suas necessidades básicas em diversos contextos. Veja-se Soares (2007).

²³ Seguindo as perspectivas teórico-metodológicas da História Social inglesa, essa autora busca compreender os crimes praticados por escravos como forma de resistência a escravidão e, além disso, resultados de lutas por defesas de espaços de autonomia por vezes ameaçados. Nesse sentido, a autora toma de empréstimo ideias do historiador inglês Peter Linebaugh. Sobre essa perspectiva teórica, veja-se Linebaugh (1983, p. 129).

de acordo com os sistemas simbólicos de cada sociedade. E ainda, a museologia deve ser compreendida, hoje, como o campo do conhecimento dedicado ao estudo e análise do fenômeno *museu*, enquanto representação da sociedade humana, nos diferentes tempos e espaços sociais. Faz-se necessário, portanto, retomar Nora (1993), quando afirma que “sem vigilância comemorativa, a memória depressa os varreria. São bastiões sobre os quais se escora” (1993, p. 13). Estas são determinadas por ações, tais como a comemoração ou a criação de museus e arquivos, por exemplo, não são atividades naturais.

Podemos afirmar que a concepção das exposições e dos acervos museológicos pode constituir um poderoso auxílio no reconhecimento das identidades social, sendo esse espaço atuante nos sistemas políticos, econômico e social das diferentes sociedades. De acordo com Freyre:

A casa-grande fazia subir da senzala para o serviço mais íntimo e delicado dos senhores uma série de indivíduos – amas de criar, mucamas, irmãos de criação dos meninos brancos. Indivíduos cujo lugar na família ficava sendo não o de escravos mas o de pessoas de casa. Espécie de parentes pobres nas famílias européias. À mesa patriarcal das casas-grandes sentavam-se como se fossem da família numerosos mulatinhos. Crias. Malungos. Moleques de estimação. Alguns saíam de carro com os senhores, acompanhando-os aos passeios como se fossem filhos (2003, p. 235).

Embora importante, *Casa-Grande e Senzala* (1933) é uma obra carregada de contradições. Como a crítica não deixou esquecer, é um marco não apenas para o entendimento desta questão, mas se estende também a grande parte da história do Brasil. Sendo assim, não é de causar estranheza a permanência das suas abordagens na atualidade no que tange à escravidão.

Buscando analisar a forma como a cultura material pode contribuir para a construção da memória e da identidade de determinado grupo e a relação dos castigos com a construção identitária de grupos sociais, discorrendo acerca dos temas da memória, das relações de poder, da identidade e do patrimônio, traçaremos suas relações buscando estudar esses objetos através das perspectivas da museologia e da história.

A sociedade contemporânea se constitui através da pluralidade e da contradição, composta por diferentes representações identidades conflitantes, e, da mesma forma, os museus também não são blocos unívocos. Eles são espaços de disputas, seletivos e contraditórios, trabalhando diretamente numa relação dialética entre memória e esquecimento. “Suponho que se engana quem pensa que há humanidade possível fora da tensão entre o esquecimento e a memória” (CHAGAS, 2005, p.24).

A partir da apropriação do conceito de museus como espaço de distinção constituído como um espaço social, de disputa política, econômica e simbólica faz-se necessário refletir acerca das práticas sociais que são representadas nos espaços museais tomando como cenário o Museu do Homem do Nordeste e sua exposição permanente com seus objetos de castigo nas suas práticas preservacionistas e como são construídas as narrativas discursivas do museu.

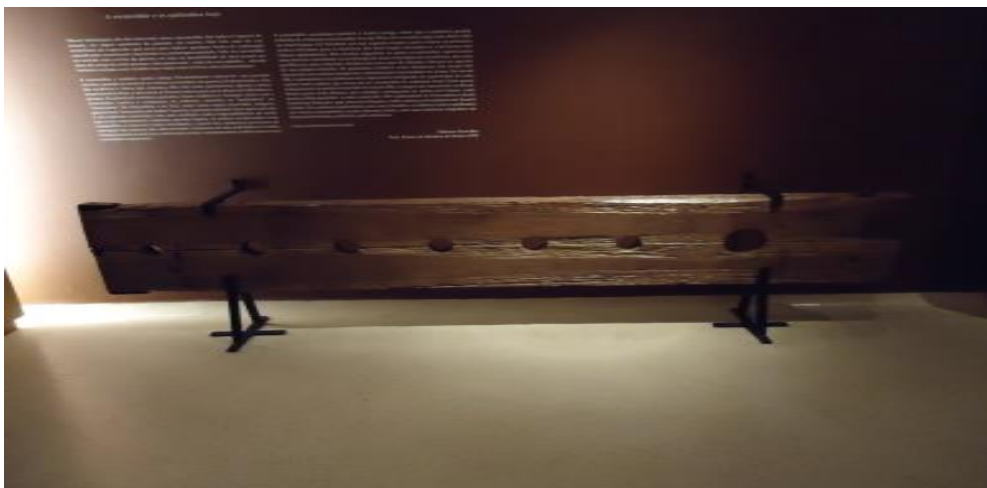
O museu seleciona os vestígios do passado, organizando discursos para promover e veicular suas representações sobre o pretérito, o presente e o que deverá permanecer para o futuro: “Sua ação básica desenrola-se em torno da seleção e conservação de um dado conjunto de documentos, objetos, artefatos ou imagens, e na comunicação dos conteúdos que deseja apresentar.” (POSSAMAI, 2001, p.10). Sendo um elo na construção de identidade de um povo, selecionando as memórias e o que deve ser lembrado ou esquecido nas suas construções e narrativas expostas.

A obra de arte considerada enquanto bem simbólico não existe como tal a não ser para quem detenha os meios de apropriar-se dela, ou seja, de decifrá-la (BOURDIEU e DARBEL, 2003, p. 71)

3.1 Os instrumentos de castigo e punição de escravizados do Museu do Homem do Nordeste

Neste tópico apresentaremos os objetos de castigo/suplício expostos no Museu do Homem do Nordeste que conformam parte da expografia relativa e/ou associada à matriz africana. Quais “crimes” eram pagos com o uso de tais objetos? Como eram esses instrumentos? A maioria deles estavam feitos de ferro e madeira, datados entre os séculos XVIII e XIX, que também poderiam destinar-se às punições privadas, portanto, não judiciais, ou, ainda, simplesmente para imobilizar e marcar escravos no Brasil.

Foto 03: Coleção de objetos de castigo e punição do Museu do Homem do Nordeste



Fonte: Acervo Pessoal, 2018.

Na imagem nº 3 podemos observar um cepo/ tronco. A finalidade principal do tronco era a contenção dos cativos que tivessem cometido qualquer falta mas era também, um instrumento de grandes tormentos e de submissão se levarmos em conta a imobilidade e tudo que ela implicava fisiológico-higienicamente falando, à mercê inclusive de ataques de insetos e maus-tratos. Havia uma variedade de troncos, que eram feitos de madeira ou confeccionados com ferro. Os troncos abriam-se em duas metades, que se fechavam por completo, quanto da entrada de um escravo, por meio da fixação de parafusos em suas extremidades. Havia no tronco buracos grandes e pequenos para os pés e para as mãos (LARA, 1988, p. 73 e 74).

O Parlamento Brasileiro no dia 15 de outubro de 1886 aprovou a criação da lei 3310 que aboliu a aplicação da pena de açoites em escravos no país. A nova norma legal revogou o artigo 60 do Código Criminal e a lei de 10 de junho de 1835, na parte em que instituía a sentença de açoites para os cativos julgados pelos tribunais do Império. Na prática isso significava que os escravos só poderiam ser condenados, a partir de então, às penas de prisão, prisão com trabalho, galés e de morte. Tratava-se, assim, de uma medida que diminuía as distâncias entre as normas criminais voltadas para os escravos e aquelas destinadas aos livres no contexto de desmantelamento do escravismo.

Todavia os homens e mulheres negras não se deixavam coisificar diante da violência senhorial e enquanto existiu a escravidão moderna existiram diferentes estratégias de resistência de partes da população escravizada. Para a repreensão dos escravos considerados criminosos, havia duas justiças paralelas: a oficial, representada pela máquina judiciária, baseada no livro das Ordenações Filipinas, que previa duras penas como morte e degredo e a privada, praticada pelos senhores (APOLINÁRIO, 2000, p. 103).

No trabalho escravo as mulheres negras experimentaram a igualdade com os homens, na produção, na força, nas surras, muitas das quais seguidas de morte, predominando múltiplas violências às mulheres, pelo sexo, estupro, reprodução e lactação. Contudo, esse estudo aponta algo que se opõe a diversos trabalhos sobre a temática - a insubmissão dos/as escravizados/as, durante e na pós-abolição, e aponta como marco o movimento antiescravagista, o qual originou o feminismo negro, apesar da inclusão de mulheres brancas nestes movimentos (DAVIS, 2016, p. 47).

Como podemos verificar a violência exercida contra escravizados era institucionalizada desde o período colonial ao do Império do Brasil e os castigos do escravo “infrator” apresentava-se como parte das práticas econômicas dos senhores, aliados ao trabalho excessivo e ao alimento insuficiente. Mas o poder do senhor sobre o escravo não visava apenas destruí-lo, até mesmo porque o escravizado tinha para a o senhor um valor material, era considerado um bem movente, parte de seu patrimônio. Como espetáculo, o castigo fazia parte de um ritual e era um elemento de liturgia punitiva que deixava a vítima infame de si e ostentava a todos o triunfo do poder senhorial visando simbolizar, no momento de sua execução, a lembrança da natureza do crime estabelecendo entre o suplício e o crime relações decifráveis, na certeza de anular o crime junto com o culpado (FOUCAULT, 1987, p. 31).

O castigo físico enquanto dominação sobre o corpo do “outro” não foi um mecanismo de poder exclusivo do escravismo moderno. Em outras épocas a cultura ocidental foi criando práticas de violência adequada aos interesses das elites.

Entretanto é na sociedade escravista moderna que ela vai tomar formas mais elaboradas e fincadas na racionalidade do Estado Moderno e dos interesses econômicos e de dominação dos senhores. Contudo, o fim dos castigos via penas de açoite não representavam o fim dos castigos aos escravizados, conforme podemos verificar no artigo 14, parágrafo 6º, do Código Criminal do Império, prova da permanência do direito de castigar aos escravizados.

fotografia 1: Coleção de objetos de castigo e punição do Museu do Homem do Nordeste



Fonte: Acervo Pessoal, 2018.

Fotografia 02: Coleção de objetos de castigo e punição do Museu do Homem do Nordeste



Fonte: Acervo Pessoal, 2018.

É justamente o perigo da perda de funcionalidade do sistema de dominação do senhor sobre o escravo que fez com que a punição senhorial fosse agente político, manifestando-se e se reativando na punição do escravo faltoso (LARA, 1988, p. 116). Os cativos aprendiam a conhecer cada um desses objetos, destinados a supliciá-los, desde a mais tenra idade, assim como também sabiam que por qualquer falta cometida, seriam castigados por tais instrumentos (NEVES, 1996, p. 91).

Foto 03: Coleção de objetos de castigo e punição do Museu do Homem do Nordeste



Fonte: Acervo Pessoal, 2018.

Na imagem nº 3 se pode ver alguns desses objetos de castigo e punição, representações não apenas da punição em si, mas também da tentativa de subjugar pessoas, impor poder político e destituí-las de sua humanidade. É importante ressaltar que a exposição de instrumentos de castigo acionam a produção de imagens que nos reportam à espaços e práticas punitivas, e às mais diversas situações vexatórias impostas aos escravizados, o que é algo inquestionável, mas que em termos de contribuição à proposta museológica de se

resgatar criticamente a contribuição dos povos, não dialogar com a resistência e com o momento histórico em que estavam inseridas. É necessário construir discursos realmente verificáveis sobre o passado das comunidades ali retratadas, passíveis de serem reelaborados e ressignificados pelos visitantes.

Fotografia 04: Coleção de objetos de castigo e punição do Museu do Homem do Nordeste



Fonte: Acervo Pessoal, 2018.

Essa coleção é conhecida internamente como “a Monalisa” do Museu do Homem do Nordeste. São peças tratadas como verdadeiros troféus, colocadas sob luzes, quase que em palcos para o espetáculo da dor e do saudosismo que permeia a sociedade brasileira e pernambucana. A memória do desafio ao senhor de engenho, a luta contra a tentativa de dominação, as estratégias de subversão da ordem do estado brasileiro, seguem sendo silenciadas diante de uma construção de memória coletiva baseada apenas na história oficial.

O vira-mundo era um instrumento de ferro, de tamanho menor, com a finalidade de prender os pés e mãos dos escravos (LARA, 1988, p. 73 e 74). O vira-mundo se abria em duas metades e se fechava por intermédio de um parafuso. Nele, havia buracos grandes e pequenos para os pés e para as mãos que eram presos inversamente, ou seja: mão direita com pé esquerdo, mão esquerda com pé direito.

Nesse processo de reconhecimento das identidades a memória social, construída e difundida coletivamente, apresenta a forma como as comunidades enxergam seu passado, entendem seu presente e desejam seu futuro (Le Goff, 1996; Halbwachs, 2006). Quando se fala da cultura africana ou mesmo do negro nos museus, e em espaços de cultura naturaliza-se e resume-se, muitas vezes, à representação da religião, da capoeira e do trabalho forçado no período escravocrata, festas, folclore e religião com destaque para os instrumentos de tortura usados nos mesmos. Entretanto, sabemos que as práticas culturais da população negra não se resumem a esses aspectos. Nesta perspectiva, Lody (2005), afirma:

Ao mesmo tempo, vejo uma necessidade urgente de rever esse olhar museológico perante o que se consagrou exclusivamente etnográfico. As comunidades afrodescendentes reclamam e exigem suas representações nos museus e também querem retomar testemunhos materiais de suas histórias, sociedades, para retomar assim os objetos e suas funções, desempenhando seus papéis, assumindo os verdadeiros significados (2005, p. 18).

Devemos levar em consideração que os espaços de memória são espaços de construções do processo educativo, que atuam na construção da identidade e da formação cultural de um povo, e que essas escolhas também são parte de uma escolha política, escolhe-se o que é relevante expor e como expor, assim como se escolhe o que não contar, o que confere “merecimento” e terá sobre si luzes e olhares. Na foto seguinte vemos uma algema, um dos objetos mais vistos nas exposições sobre escravidão. Algemas que não foram capazes de findar as lutas nem as ações dos escravizados em busca de sua liberdade.

Fotografia 05: Coleção de objetos de castigo e punição do Museu do Homem do Nordeste



Fonte: Acervo Pessoal, 2018.

As diversas pesquisas no âmbito museal destacam que na maioria das exposições o negro é resumido à religião, a capoeira, ao samba, ao futebol, e ao trabalho, sendo ainda representado na expografia museal como submisso, inerte, sempre na condição de dominado e servil, reforçando uma narrativa que apresenta o domínio senhorial. Para além das permanências expostas nos museus, o lado artístico, a literatura, a política, as disputas pela liberdade, as articulações coletivas, dentre outros, são aspectos sociais em que e o negro

estava inserido, mas esses são excluídos, esquecidos, silenciados muitas vezes nesses espaços de poder e representação.

Apresentando discussões sobre as aproximações entre memória e poder na contemporaneidade tendo como fio condutor os museus, foi possível perceber a função do museu enquanto local para salvaguardar o patrimônio. Já Chagas (2002), conceitua o museu como “[...] um campo onde encontram-se os dois movimentos de memória e que desde o nascedouro está marcado com os germes da contradição e do jogo das múltiplas oposições” (CHAGAS, 2002, p. 16). Assim como tudo se reorganiza e se renova, o discurso também é refeito cada vez que é apresentado, produzido., sempre na condição de dominado e servil reforçando uma narrativa que apresenta o domínio senhorial. Segundo Foucault:

Uma cumplicidade primeira com o mundo fundaria para nós a possibilidade de falar deles, nele; de designá-lo e nomeá-lo, de julgá-lo e de conhecê-lo, finalmente, sob a forma da verdade, é o discurso ele próprio que se situa no centro da especulação, mas este logo na verdade, não é se não um discurso já pronunciado, ou antes, são as coisas mesmas ou os acontecimentos que se tornam insensivelmente discurso, manifestando o segredo de sua própria essência. O discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos; e quando tudo pode enfim, tomar a forma do discurso, quando tudo pode ser dito a propósito de tudo, isto se dá porque todas as coisas, tendo manifestado intercambiado seu sentido, podem voltar à interioridade silenciosa de conseqüências de si (FOUCAULT, 1996, p. 48-49)

Para além das permanências expostas nos museus, o lado artístico, a literatura, a política, entre outros, são aspectos sociais em que e o negro estava inserido, mas esses sujeitos por muitas vezes são excluídos, esquecidos, silenciados em espaços de poder e representação. Na foto abaixo, apresentamos a fotografia identificada como *ama de leite*:

Fotografia 06: reprodução da foto de Augusto Gomes Leal, Ama de Leite Monica no MUHNE



Fonte: Acervo Pessoal, 2018.

É forte e emblemática a imagem da escravizada Monica, que rompe com seu olhar as amarras coloniais e nos mostra a contradição da imagem cordial exposta entre correntes e gargalheiras. A mulher negra resalta suas identidades de raça e de gênero para – a partir dessa encruzilhada identitária, marcada pelo duplo fenômeno do racismo e do sexismo (GONZALES, 1984, p. 224) – lutar por seus direitos.

Não só o indivíduo é visto como um 'diferente', mas também esta diferença é articulada através do estigma, da desonra e da inferioridade. Tais valores hierárquicos implicam um processo de naturalização, uma vez que são aplicados a todos os membros do mesmo grupo que são vistos como “o problemático”, “o difícil”, “o perigoso”, “o preguiçoso”, “o exótico”, “o colorido” e “o incomum”. (KILOMBA, 2010, p. 42)

Analisando a reprodução da fotografia exposta, datada de 1860, por Augusto Gomes Leal é um indício da cultura escravista no Brasil, A figura da mãe negra virou tema central nas representações da escravidão produzidas no interior das sociedades escravocratas e mesmo fora delas, de tão veiculada, essa imagem acabou resumindo a própria compreensão da escravidão, sobretudo aqui no Brasil.²⁴

Buscou-se difundir uma visão positiva, como se fosse possível prever apenas uma boa e pacífica relação, ao expressar a ambiguidade do trabalho doméstico exercido pela ama de leite, desenvolvendo uma relação de proximidade e subordinação em relação aos senhores, essa imagem pode também ser lida como uma reprodução de convivência amistosa e familiar mesmo estando em meio a peças que eram utilizadas em práticas violentas de castigo e punição, com uma reprodução de narrativa histórica escravocrata. Há de se refletir, a leitura social que é produzida a partir dessa imagem de convivência amistosa em meio a objetos como cepos, algemas, gargalheiras e correntes que remetem a açoites e castigos.

Há todo tipo de violência circundando a situação a que eram submetidas as amas de leite, que virou símbolo de afeto, mas também de ambiguidade. Essa é a sensação que fica ao observarmos, sobretudo nos dias de hoje, as inúmeras fotos de mães negras, distribuídas como cartões postais, ou incluídas em álbuns de família. Podemos dizer que quase todo Brasil cabe nessa foto. O que chama a atenção nessa foto é que, apesar de Mônica ter sido adornada com toda uma parafernália de riqueza (quem sabe, com vestido e jóias “doados/emprestados” pela própria senhora?), e de não ter ido até o estúdio do fotógrafo por livre vontade, ela não se

²⁴ Luiz Felipe de Alencastro escreveu um pequeno texto sobre essa foto, bem colocado no epílogo do livro História da vida privada no Brasil, no qual concluiu sobre a união dos dois personagens retratados o seguinte: “Uma união fundada no amor presente e na violência pregressa. Na violência que fendeu a alma da escrava, abrindo o espaço afetivo que está sendo invadido pelo filho de seu senhor” (ALENCASTRO, 1997, p.439).

intimidou perante a máquina e conseguiu dar a sua contribuição pessoal, por meio da sua expressão, do seu olhar, que encarou fundo a máquina e parece querer nos contar a sua história, e da forma como se enrolou no xale, como se fora um pano-da-costa, cobrindo o ombro direito, passando por baixo da axila esquerda e vindo cruzar-se na frente.

O luxo não conseguiu mascarar a condição de tentativa de subordinação e ela reage, participando na construção da sua própria imagem naquele processo. O rosto de Mônica é o seu retrato, assim como o ombro, que quase escapa do jogo que ela dera ao xale, e as mãos grossas encolhidas, de veias altas – mãos de quem já trabalhou muito; mãos às quais aquelas joias possivelmente não pertenciam; mãos que não sabiam como bem se posicionar para a foto mas que demonstram sua luta diante de um sistema escravocrata.

Buscamos compreender dentro dessas disputas a transmissão de informação desta exposição no que se refere às relações de poder e como elas refletem as dinâmicas sociais, estabelecendo efeitos entre o que é exposto para o público e as narrativas, podemos entender assim que classificar os lugares de memórias em: lugares materiais - onde a memória social se ancora e pode ser apreendida pelos sentidos; lugares funcionais - porque tem ou adquiriram a função de alicerçar memórias coletivas e lugares simbólicos- onde essa memória coletiva se expressa e se revela.

Fotografia 07 e Fotografia 08 Coleção de objetos de castigo e punição do Museu do Homem do Nordeste



Fonte: Acervo Pessoal, 2018.

Nas imagens nº 9 e 10 identificamos mais objetos de castigos utilizados com escravizados, por muitas vezes utilizados como disputa política e tentativa constante de dominação e subversão.

Conferindo assim aos museus lugares de memória social, não livre de expressar discursos que atendam a partes de uma sociedade, porém devemos considerar que o espaço também atende a visitas pedagógicas faz-se necessário as reflexões acerca dos discursos produzidos e solidificados.

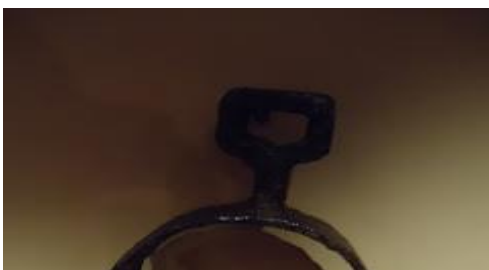
Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória (NORA, 1993, p. 13)

A difusão das narrativas históricas confere legitimidade a espaços museais no reconhecimento do passado e na construção da identidade do visitante. Por outro olhar a crescente luta de diferentes grupos sociais pelo reconhecimento de sua identidade tem questionado os discursos oficiais e oficiosos sobre o passado exigindo, como apresenta Stuart Hall, a inclusão de novos discursos identitários.

Alguns teóricos argumentam que o efeito geral desses processos globais tem sido o de enfraquecer ou solapar formas nacionais de identidade cultural. Eles argumentam que existem evidências de um afrouxamento de fortes identificações com a cultura nacional, e um reforçamento de outros laços e lealdades culturais, “acima” e “abaixo” do Estado-nação. (HALL, 2006, p. 2).

Enquanto dispositivo para reprodução da exploração do trabalho, os castigos impostos pelos senhores não foram apenas punitivos, mas estiveram voltados para o futuro, na tentativa de prevenir rebeliões, atemorizando possíveis faltosos, ensinando o que era ser escravo e tentando manter e conservar os cativos, enquanto seres que deveriam aceitar seu status quo sem nenhuma negação. Todavia os homens e mulheres negras não se deixavam coisificar diante da violência senhorial e enquanto existiu a escravidão moderna, existiram diferentes estratégias de resistência a escravidão.

Fotografia 09 e fotografia 10: Coleção de objetos de castigo e punição do Museu do Homem do Nordeste



Fonte: Acervo Pessoal, 2018.

Para entendermos o lugar desses instrumentos dentro da proposta expográfica, faz-se necessário compreendermos o pensamento museal freyriano. Na publicação da obra *Ciência do Homem e Museologia*, por exemplo, Freyre destacou os museus brasileiros ligados à antropologia e sociologia, como o Museu de Etnografia de São Paulo, o Museu Nacional do Rio de Janeiro, o Museu Nina Rodrigues da Bahia, o Museu Paraense Emílio Goeldi de Belém, o Museu Ipiranga de São Paulo, o Museu do Índio do Rio de Janeiro, e o Museu do Ouro de Minas Gerais, enaltecendo seus fundadores e órgãos aos quais estavam ligados, bem como às suas áreas de atuação. No entanto, considerava que:

Nenhum desses museus brasileiros realizou, ou realiza, funções que se assemelhem, em abrangência, no setor da Antropologia alongado noutros setores, às que o Museu de Antropologia do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais procurou pioneiramente desempenhar, durante anos, em antecipação ao atual Museu do Homem do Nordeste: reunir, sob critério principalmente antropológico, ao mesmo tempo que ecológico e histórico-social, documentação, quanto possível significativa, acerca do passado, da vida e da cultura de uma região tradicionalmente agrária do Brasil como a que se estende, como região principalmente agrária, nas suas bases, da Bahia ao Maranhão, estendendo-se pelo extremo Norte; e/6 constitui o objeto de estudos especiais do mesmo instituto, fundado em virtude de projeto de lei apresentado à Câmara Federal em 1949 por um dos representantes de então do Estado de Pernambuco (FREYRE, 1979, p.14).²⁵

O MUHNE surge do ideário de Freyre e das pesquisas e estudos dos antropólogos do Departamento de Antropologia do então Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNPS), hoje Fundação Joaquim Nabuco, que legitimaram essas pesquisas antropológicas ao coletar, preservar e, posteriormente, musealizar objetos, imagens e depoimentos coletados.

²⁵ FREYRE, Gilberto. *Ciência do Homem e Museologia: Sugestões em torno do Museu do Homem do Nordeste* Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, Recife, IJNPS, 1979, II. (Série Documentos, 14), p. 14

De 1964 a 1966, Oliveira exerceu a função de assistente do professor antropólogo Waldemar Valente no Museu de Antropologia do IJNPS. Aécio Oliveira foi um dos idealizadores e diretor do Departamento de Museologia do IJNPS, primeiro a ser criado no Brasil, em 1972, no período de 1975 a 1982, assumindo, acumulativamente, no período de 1979 a 1981, a direção do MUHNE. De 1985 a maio de 1986, voltou a assumir a direção do MUHNE, quando, cedido ao Museu Paraense Emílio Goeldi, em Belém do Pará, se afastou para reestruturar a Divisão de Museologia e a exposição permanente daquela instituição.²⁶

A concepção da exposição inaugural do MUHNE foi de Aécio de Oliveira, chamada por ele próprio de “museologia morena”, sob a influência do que preconizava Gilberto Freyre acerca do que deveria ser um museu voltado para a representação do *homem nordestino*. Naquela época, já funcionavam na Fundaj os seguintes museus: Arte Popular, no campus de Apipucos, o Museu de Antropologia, na sede da Fundaj, no bairro de Casa Forte, e o Museu do Açúcar, no edifício vizinho à Fundaj. Em entrevista concedida a Joselice Jucá²⁷, em 1988, Oliveira relembra:

[...] E quando nós recebemos o Museu do Açúcar, ficamos com três Museus, de Arte Popular que funcionava em Apipucos, o de Antropologia que funcionava aqui na sede e o do Açúcar que funcionava aí vizinho. Passa com esse acervo fantástico, também alguns funcionários, então nós temos uma dificuldade de lidar com três módulos que era o de Arte Popular, o de Antropologia e do Açúcar em prédios diferentes e ficava também meio difícil para a própria visitação, visitar um, depois visitar outro e outro. É aí que vem a ideia, surgiu a ideia de se transformar o Museu do Açúcar com os acervos dos outros dois Museus em um Museu do Homem do Nordeste. Então é feito a junção dos três Museus e nós fizemos uma reforma do edifício e instalamos as exposições. Essas exposições tinham um caráter que a gente buscava através da própria museologia traçada pela Fundação Joaquim Nabuco, pelo Instituto Joaquim Nabuco, da gente criar uma museologia nordestina, uma museologia regional, uma museografia regional, utilizando coisas da região, não fazer uma museologia e nem uma museografia ligada a Europa, ligada a Países desenvolvidos como o Canadá e os Estados Unidos, mas criar uma coisa dentro da realidade brasileira, regional. É quando então nós fizemos aquela Exposição montada sobre ideia de uma feira popular, que era uma coisa tão importante e dentro da ideia de Gilberto Freyre, do Museu como ele imaginava, porque além da gente ter aquelas coleções de açucareiros de ouro e de prata, de porcelanas, de opalinas, [,,] a gente também jogasse o barro, açucareiros de barro, de plástico, ou de ágata, ou de alumínio que eram projeções também da própria dinâmica da Cultura nas várias faces da Cultura.

²⁶ GASPAR, Lúcia. Aécio de Oliveira. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 21 de dezembro, 2019.

²⁷ Entrevista disponível no acervo de História Oral do Centro de Documentação de História Brasileira (Cehibra), da Fundaj

Quanto à dinâmica de reforma para a montagem do MUHNE, Aécio descreve, durante a mesma entrevista:

O do Açúcar (prédio) foi construído para museu, mas tinha aquela coisa que o museu era em baixo, e em cima era a sala do diretor que era imensa, o cortiço [?] parecia uma apartamento de capitalistas do Rio de Janeiro, aqueles apartamentos enormes, com vidro, a biblioteca e a iconografia também, que era lá em cima, eram essas três coisas que tinham ali em cima. Então, como o Instituto tinha um departamento de Iconografia, mandamos um acervo de lá para ser juntado ao outro, a biblioteca para ser juntada à outra, e o acervo para ser juntado. [...] Aí a gente começou a fechar, a tirar os vidros, e fechar os buracos com medo de incêndio, entende?²⁸

Tinha muito acervo, três museus para passar ali pra dentro. Ai, a gente começou a trabalhar para ver como é que a gente ia dar uma aumentada no Museu. Como a exposição que tava no pé foi uma exposição de Aloísio Magalhães, e era belíssima aquela exposição, não é, então a gente nem tocou, a gente tinha que ver como ela continua e como é que ela começa. Então, lá em cima, onde esvaziou tudo, começa pela religiosidade, onde a gente botou um maracatu de Dona Santa, que é uma peça de religiosidade afro. Aquela boneca é a divindade Calunga. Então a gente foi estudar muito com Katarina Real²⁹, aquela coisa do maracatu e tudo, e montamos o Maracatu. Os manequins feitos no Rio; quem desenhou os manequins foi Raul Lody, e Raul Lody ficava muito vendo e quem faz o estudo daquela coisa toda é Papai, Manuel Nascimento 116. A gente pegava caixote, do lugar onde vende maçã lá dentro, trazia, desmanchava pra fazer [?] da parte popular, porque não se tinha dinheiro. A gente tinha a arte popular, você se lembra? Era tudo feito e pintado que ninguém nem sabia de onde foi aquela madeira. Nós fizemos muito isso, porque nós tínhamos que fazer uma coisa bonita, com ou sem dinheiro.

O Museu foi inaugurado no dia 21 de Julho de 1979 e é um dos projetos mais significativos para a fundação Joaquim Nabuco, pois conjuga, pela sua temática, as questões sociais e a história da região Nordeste. Sendo ainda marcado neste ano, a comemoração dos 30 anos do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais e antecipa a transformação Jurídica do Instituto em Fundação.

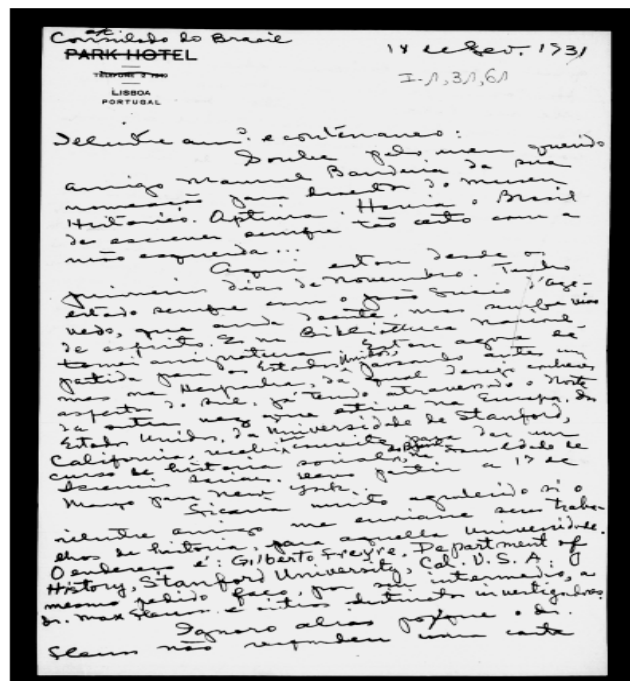
Os objetos dentro do contexto social em que foram produzidos, circularam, antes de chegarem à condição de objetos musealizados, buscando representar a sua função simbólica cotidiana. Devemos analisar então que a ótica não é imune de construções sociais e políticas, como é possível perceber nas obras abaixo diversas relações institucionais e sociais que permeiam a intencionalidade das relações.

²⁸ O Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro realizou, em 1978, uma retrospectiva do artista uruguaio Joaquín Torres García. Na ocasião, um incêndio consumiu quase mil obras que estavam no museu, dentre elas 80 telas da fase construtiva (1927-44) do Torres García duas telas de Picasso, duas de Miró, e centenas de obras de artistas brasileiros viraram cinzas. Oliveira atribui o desastre à grande quantidade de divisórias e paredes de vidro que permitiu a propagação do fogo, além de dificultar o resgate das obras.

²⁹ Antropóloga norte-americana, estudiosa do carnaval do Recife, da segunda metade do século XX, realizou pesquisas entre 1961 e 1965, retornando ao tema décadas mais tarde.

A memória pode e deve ser entendida como elemento importante para a análise do pensamento social, ora como agente agregador (memória da ancestralidade africana) ora como empecilho à formação de uma nação moderna e mestiça como pensava Freyre e Romero. Podemos observar ainda como a preservação e a aproximação do tema *museu* permeava a vida do sociólogo de Apipucos através de um trecho da carta apresentada abaixo enviada à Rodolfo Garcia, pedindo-lhe que remetesse seus trabalhos de história para a Stanford University, onde o mesmo deveria dar um curso de História Social do Brasil.

Foto 11: Carta de Freyre á Rodolfo Garcia



Fonte: Arquivo Nacional. Lisboa, 18 de fevereiro de 1931.

Abaixo destacamos um trecho da carta onde Freyre reafirma ainda em 1931 seu apreço sobre o tema

*“Ilustre amigo e conterrâneo:
Soube pelo ilustre amigo Manuel Bandeira da sua nomeação para Diretor do Museu Histórico. Ótima. Havia o Brasil de escrever sempre tão cedo com a mão esquerda ...”*

3.2 Documentação do acervo do Museu do Homem do Nordeste

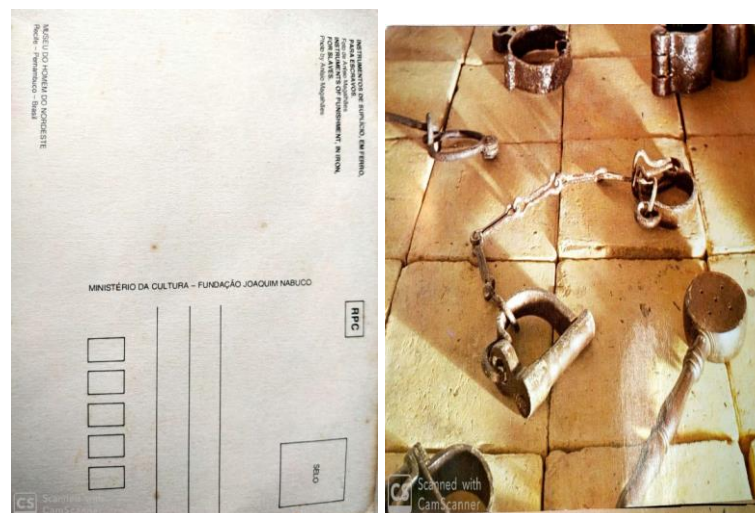
O acervo produzido e acumulado é vasto e com grande repertório para pesquisa, apontando a diversidade de formas de aquisição de peças, documentos, vídeos e objetos que contam sobre a construção de narrativas expográficas.

É possível encontrar no acervo cartas de agradecimento a doadores donos de engenho por peças que outrora serviam para o castigo e punição de pessoas escravizadas com a narrativa de preservar a documentação “dessas gentes e coisas dos canaviais”. Assim como é possível encontrar postais com imagens dessas peças reforçando a nostalgia do sistema escravocrata que permeia a sociedade brasileira.

Como espetáculo, o castigo fazia parte de um ritual e era um elemento de liturgia punitiva que deixava a vítima infame de si e ostentava a todos o triunfo do poder senhorial visando, simbolizar, no momento de sua execução, a lembrança da natureza do crime estabelecendo entre o suplício e o crime relações decifráveis, na certeza de anular o crime junto com o culpado (FOUCAULT, 1987, p. 31).

Em uma sociedade com basilares de violência e exploração o castigo e a exposição da dor “eram” parte da construção de um simbolismo de negação da humanidade daqueles então punidos. Para além da violência das práticas escravagistas devemos refletir sobre os motivos e práticas que levam uma sociedade a produzir postais com peças de punição de pessoas escravizadas e como esses signos trazem em determinado grupo social a nostalgia e uma glamourização. Como podemos ver nas imagens a seguir essas peças foram fotografadas e retratada em postal no MUHNE. O postal hoje faz parte do acervo documental da instituição.

Fotografia 12 e Fotografia 13 Postal com objetos de Castigo e punição.



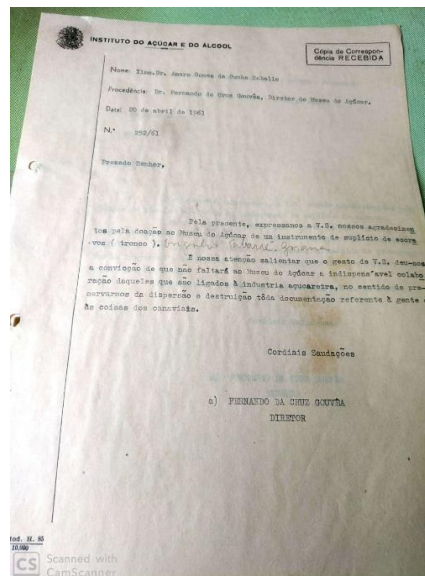
Fotografia 12: Livro de tombo, registro das peças da coleção de objetos de castigo do Museu do Homem do Nordeste

nº geral do acervo	nº de registro	Objetos adquiridos	Modo de aquisição				Procedência	Data	Valor em R\$	Valor em R\$	Observações
			Compra	Doação	Permuta	Outros					
1957											
1		Segredo de São João com fita e peças de aço	2				Estimada por R\$ 100,00				Estimada por R\$ 100,00
2		Segredo de São João com fita, fita e fita de aço	1				R\$ 100,00				Estimada por R\$ 100,00
3		Segredo de São João com fita, fita e fita de aço	1				R\$ 100,00				Estimada por R\$ 100,00
4		Segredo de São João com fita, fita e fita de aço	1				R\$ 100,00				Estimada por R\$ 100,00
5		Segredo de São João com fita, fita e fita de aço	1				R\$ 100,00				Estimada por R\$ 100,00
6		Segredo de São João com fita, fita e fita de aço	1				R\$ 100,00				Estimada por R\$ 100,00
7		Segredo de São João com fita, fita e fita de aço	1				R\$ 100,00				Estimada por R\$ 100,00

Fonte: Arquivo do Museu do Homem do Nordeste, 1957.

Aqueles que ainda vêem o museu sob uma perspectiva tradicional, entendendo-o apenas como um depósito de coisas velhas e sem utilidade devem ser apresentados a complexidade de um lugar como esse que, muito mais do que um depositário de coisas antigas, é um sistema simbólico que atua como mediador na relação homem/mundo e que, através de objetos, fotos e palavras, constitui-se num sistema de comunicação capaz de compor um discurso museológico. Nesse caso, fazer uma história social da memória é refletir sobre a historicidade das memórias e das disputas constituídas nos espaços museais, sejam eles “oficiais” ou não, é interpretar o jogo de forças envolvido nesse processo, analisando as relações entre lembrança e esquecimento.

Fotografia 13: Carta de agradecimento do museu do açúcar a Amaro Gomes Cunha;



Fonte: Arquivo do Museu do Homem do Nordeste, 1957.

Carta de agradecimento a Amaro Gomes Cunha pela doação de um cepo para exposição permanente, objeto de castigo e punição de escravizados do engenho e ressaltando o compromisso com “as coisas e memórias dessa gente”

Museus, arquivos, bibliotecas e organismos regionais revelam uma atitude mais dinâmica e interessada na valorização e preservação das suas coleções. [...] De um modo geral, os responsáveis por coleções de fotografia mostram

vontade de preservar as coleções a seu cargo. Esta vontade estende-se também a colecionadores de fotografia e a fotógrafos que encaram os seus arquivos como valor histórico (PAVÃO, 2004, p. 7).

Mas há, por fim, aquilo que poderíamos chamar de ‘lugares por trás dos lugares’, é aqui que nos encontramos com as forças e a resistência dos que não se deixaram abater, dominar, dos povos que ergueram nações exiladas de sua própria terra, de memórias ainda não reveladas, outras desejando ser esquecidas, de monumentos destruídos e estéticas reinventadas; corpos, sujeitos, lutas, lugares, discursos e memórias. E seguem em luta pelo direito a lembrar e pelo direito de esquecer. Batalha de signos esgarçados à beira de oceanos; aqueles atravessados outrora marcando a trajetória de um povo e de guerra sem vencedores num campo minado, devastado por restos de histórias.

A maioria dos museus brasileiros produz diálogos que possuem como característica o silêncio sobre como o negro deu sua contribuição de maneira positiva para a edificação do nosso país ou uma memória ativada a partir da escravidão. Assim podemos a partir dos apontamentos da autora ressaltar algumas exposições que narram o negro escravizado, submisso, submetido à dor, aos castigos severos vividos a longo período de escravidão:

O Museu Imperial, por exemplo, que foi criado em 1940, durante o Estado Novo, com a proposta de recolher, ordenar e expor objetos de valor histórico ou artístico referente a fatos e vultos dos reinados de D. Pedro I e, de D. Pedro II, trás pouquíssimos indícios da presença do negro na vida do Império. Já o Museu Chácara do Céu, antiga residência de Raymundo Ottoni de Castro Maya, transformado em museu em 1972, reúne uma rica coleção de obras de arte, entre elas desenhos e gravuras de viajantes europeus que documentam o Rio de Janeiro no século XIX, como Debret e Rugendas. Na página eletrônica deste precioso Museu, encontramos duas imagens que bem representam o negro brasileiro: escravos sendo castigados. O Museu Histórico Nacional, instituição que procura retratar fatos e momentos relevantes a história do país ao longo dos séculos, traz imagens do negro que fazem com que ninguém queira com ele se identificar. Há na exposição ‘Colonização e Dependência’ uma narrativa evolutiva de um processo econômico que se estende desde as grandes navegações, comércio colonial, ciclos da cana de açúcar, do café e da mineração até a abertura dos portos e imigração. Quando chegamos no trecho relativo às plantações de cana de açúcar encontramos uma grande maquete de um engenho, onde vemos negros escravos trabalhado e ao lado a figura de um negro com uma gargalheira. Em frente às vitrines dois troncos imensos sinalizam que negros eram colocados ali por castigo. No ambiente neutro em que são mostrados estes objetos, eles tendem a cumprir a função de banalizar os açoites, as chicotadas, o trabalho forçado, a separação de famílias, o aviltamento a que foram submetidos os escravos (SANTOS, 2004, p. 11).

Entretanto, é preciso ressaltar que muitos museus não abarcam as questões políticas e sociais que podem ser recuperadas a partir de seus acervos. Eles ainda reforçam os símbolos

da escravidão, por exemplo. As narrativas reafirmam a desigualdade, que assola não somente o espaço de interação entre homens e mulheres negras representados na exposição, como contribuem para que suas culturas sejam difundidas de maneira fantasiosa com omissão da luta e da resistência dessa população.

4. DISCUSSÃO SOBRE O FORMATO

O catálogo “Os objetos de castigo no museu do homem do nordeste: objetos de castigo e punição e seus usos nas disputas das narrativas das memórias negras” é voltado para o estudo da memória, da valorização das fontes documentais acerca do acervo exposto no Museu do Homem do Nordeste. A decisão de produzir um catálogo foi de elaborar um produto capaz de produzir reflexão acerca das disputas e usos da memória no que tange os objetos de castigo utilizados em escravizados, facilitando também o acesso a um público mais amplo. Sobre o formato, o catálogo se divide em quatro partes: a primeira delas diz respeito à historicização do Museu do Homem do Nordeste; na segunda parte é produzida a análise e descrição da expografia do museu relativa à matriz africana, na terceira parte do catálogo a análise e descrição dos objetos propriamente ditos e seus usos práticos segundo o código criminal imperial e na última parte uma análise crítica da proposta museal/expográfica, já que a mesma acaba por gerar um tipo de representação ou memória associada apenas à dor, sofrimento, e subjugação.

O catálogo foi produzido entre junho de 2018 à março de 2021. Inicialmente busquei as fontes primárias no arquivo do museu, buscando entender sobre a aquisição das peças, entrevistei funcionários do museu e acompanhei visitas guiadas. Assim, passamos a ter a visão dos visitantes e dos funcionários. Na sequência procuramos a Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), em busca de documentação, catálogos, livros e informações acerca da coleção e de documentos relacionados a Gilberto Freyre que trouxesse mais informações acerca da temática. Utilizamos também cartas de Gilberto Freyre, livros, postais e jornais. Dessa forma, constituímos a base necessária para iniciar a produção das pesquisas e do catálogo. Foram utilizadas duas câmeras durante a pesquisa uma Cannon T6 e um câmera de aparelho celular Xiaomi Not 8 48 megapixels de resolução de 8000x6000 pixels para scanear documentos através do aplicativo can scan, foi utilizado luz natura em todas as imagens.

O Catálogo possui 52 páginas e foi produzido em formato físico e digital com inspiração na cultura èdè Yorùbá, em seu design foram utilizadas cores e fontes que remetem aos povos africanos.

5 APLICAÇÃO DO PRODUTO

O Catálogo será distribuído entre instituições de educação do estado de Pernambuco, organizações e movimentos sociais tais como movimento negro, rede de mulheres, associações de moradores do entorno do museu, organizações estudantis, Frentes em defesa da memória da população negra dentre outros.

Os primeiros passos da pesquisa geraram artigos e convites da Universidade Federal de Pernambuco, no departamento de Serviço Social, na disciplina de relações étnico- raciais, para elaboração e realização de visitas técnicas para debate e aprofundamento das discussões acadêmicas acerca do tema. Vale ressaltar, que nossas atividades dentro do Museu e na produção de artigos e debates acerca do tema podem ter produzidos mudanças estruturais na exposição, tendo em vista que, após as atividades houveram alterações.

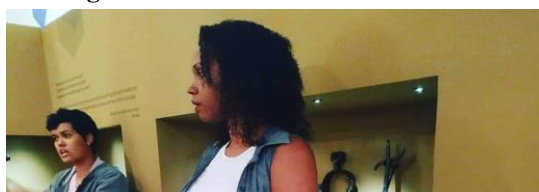
Buscaremos através desta produção contribuir para novas formas de ensino com linguagem de fácil acesso dando a possibilidade de retorno social, contribuindo assim para o debate e a produção de conhecimento, em especial a classes historicamente subalternizadas na história do Brasil.

Fotografia 14 - Visita Técnica ao MUHNE



Fonte: acervo Pessoal

Fotografia 15- Visita Técnica ao MUHNE



Fonte: Acervo pessoal

6. LISTAGEM DOS ACERVOS E FONTES

Acervo do Museu do Homem do Nordeste, acervo do Museu do Açúcar do Instituto do Açúcar e do Alcool, livro de Tombo do Museu do Homem do Nordeste, registro de atas de reunião, documentação administrativa, correspondências, relação de funcionários, relação de acervo, tudo preservado no arquivo administrativo do Museu do Homem do Nordeste e no Arquivo Institucional da Fundação Joaquim Nabuco.

7. CONCLUSÃO

A produção deste catálogo nos remete a pensar sobre o exercício de questionar o uso das memórias e das relações de poder inseridas no contexto das reflexões na experiência histórica contemporânea. Buscamos contribuir com as constantes demandas das conjunturas históricas trazidas no ceio da sociedade em que foram gestadas, como também a questões de um passado contado a partir de óticas colonizadas e eurocêntricas, que podem envolver, produzir e reproduzir discursos que se apresentam nas políticas de acervo, processos institucionais e ressignificações da memória e exposições.

Concluimos assim o presente trabalho com reflexões no que cerne a exposição dos objetos de castigo pontuando a falta de objetos e/ou demais fontes que apresentem uma abordagem da diversidade e complexidade dos mecanismos de dominação senhorial, a multiplicidade de abordagens históricas é essencial para podermos entender as variações na postura dos escravos, pois sem resistência não haveria a necessidade dos meios de dominação

e tampouco a contestação dos valores sociais estabelecidos na época, enraizado fortemente na legislação vigente. Os Museus como espaços que conferem valor aos registros de memória atuam nas permanências históricas, e entende-se que nesse caso específico sem provocar reflexões das disputas existentes promovem uma terceira via de dominação através das permanências dos discursos através das interpretações propostas que representam a tentativa de dominação intelectual pela via de pensamento escravocrata brasileiro.

O Museu contribui para a elaboração e a manutenção das memórias sociais nesse sentido devemos pensar que esses espaços devem ser propícios para o exercício de um olhar plural e diversificado sobre estes objetos. A ideia de Inercia e dominação permanente limita a compreensão dos espaços de disputas e de singularidades humanas, os sujeitos escravizados desenvolveram formas diversas de organização social, resistência e convívio sociais sendo agentes atuantes nas relações e o silenciamento das atuações desses grupos sociais nas exposições também são discursos de manutenção de poder simbólico.

Considera-se que não podemos esperar que os espaços museais estejam atualizando o conteúdo do seu acervo e de suas exposições constantemente pois conhecemos as dificuldades enfrentadas pelos espaços de cultura e que as relações metodológica desses espaços necessitam de tempo e recursos específicos ao fazer/ manter as exposições e acervos, é importante também destacar que essas não são as únicas peças do Museu que retratam de alguma forma a população negra, tendo apresentado esforços em exposições temporárias expondo outras simbologias referentes a cultura africana, assim como promovem cursos e atividades educativas dentro desta temática.

A intenção do catalogo é trazer a luz sobre esse acervo e provocar o debate e a reflexão buscando novas percepções e propostas para tratar à temática. Entendemos esse momento como um desafio atual e necessário onde a fetichização do castigo e o tratamento dado ao negro como exótico e submisso advindo do olhar eurocêntrico deve ser repensado trazendo novas experiências e análises dialogando com diversas áreas de conhecimento provocando a quebra dos estereótipos.

Le Goff (1996), quando afirma que “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje”. Dada a importância da preservação de acervos documentais, sobretudo visuais no caso em análise, o autor indica que “a memória onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro” (LE GOFF, 1996, p. 476-477). As exposições trazem consigo um

emaranhado de memórias escolhidas para serem preservadas e estruturam assim registros e sentimentos acerca das identidades individuais e coletivas.

A coleção exposta no Museu do Homem do Nordeste é de suma importância para dialogar sobre a violência e práticas escravagistas do Brasil, mas para, além disso, serve para reflexão das disputas e das construções de luta por liberdade da população Negra, conferindo assim grande valor histórico não apenas do que se expõe mas do que se escolheu arquivar. Os documentos contidos nessa pesquisa apontam as disputas pela memória e a documentação histórica que deve servir para pesquisar sobre as relações de classe, e os usos da memória como forma de manutenção de poder diante das narrativas expográficas.

Diante dos diversos exemplos apresentados neste catálogo concluímos que as populações afro-brasileiras precisam ter voz ativa e que essa voz adquira ressonância nos museus brasileiros. Suas práticas culturais devem ser evidenciadas e suas obras e legados apreciados. Nesse sentido, a presença dos herdeiros e das heranças das diásporas negras não deve figurar apenas como tema das exposições. Acreditamos que os próprios agentes representados devem se tornar protagonistas nos processos museológicos.

8. APENDICES

<p>o qual originou o feminismo negro, apesar da inclusão de mulheres brancas nestes movimentos (DAVIS, 2016, p. 47).</p> <p>Como podemos verificar a violência exercida contra escravizados era institucionalizada desde o período colonial ao do Império do Brasil e os castigos do escravo "infrator" apresentava-se como parte das práticas econômicas dos senhores, aliados ao trabalho excessivo e ao alimento insuficiente. Mas o poder do senhor sobre o escravo não visava apenas destruí-lo, até mesmo porque o escravizado tinha para o senhor um valor material, era considerado um bem movente, parte de seu patrimônio. Como espetáculo, o castigo fazia parte de um ritual e era um elemento de liturgia punitiva que deixava a vítima infame de si e ostentava a todos o triunfo do poder senhorial visando simbolizar, no momento de sua execução, a lembrança da natureza do crime estabelecendo entre o suplício e o crime relações decifráveis, na certeza de anular o crime junto com o culpado (FOUCAULT, 1987, p. 31).</p> <p>O castigo físico enquanto dominação sobre o corpo do "outro" não foi um mecanismo de poder exclusivo do escravismo moderno. Em outras épocas a cultura ocidental foi criando práticas de violência adequada aos interesses das elites.</p> <p>Entretanto é na sociedade escravista moderna que ela vai tomar formas mais elaboradas e fincadas na racionalidade do Estado Moderno e dos interesses econômicos e de dominação dos senhores. Contudo, o fim dos castigos via penas de açoite não representavam o fim dos castigos aos escravizados, conforme podemos verificar no artigo 14, parágrafo 6º, do Código Criminal do Império, prova da permanência do direito de castigar aos escravizados.</p> <p>É justamente o perigo da perda de funcionalidade do sistema de dominação do senhor sobre o escravo que fez com que a punição senhorial fosse agente político, manifestando-se e se reativando na punição do escravo faltoso (JARA, 1988, p. 116). Os cativos aprendiam a conhecer cada um desses objetos, destinados a suplícia-los, desde a mais tenra idade, assim como também sabiam que por qualquer falta cometida, seriam castigados por tais instrumentos (NEVES, 1996, p. 91).</p>	 <p>Imagem 1: Catálogo de registro das exposições do acervo MUNNE, 1995.</p>  <p>Foto 04: Coleção de objetos de castigo e punição do Museu do Nordeste. Fonte: Acervo Pessoal, 2018.</p>	 <p>Fonte: Anteprojeto de Reformulação do Museu do Homem do Nordeste (1996). Planta.</p>  <p>Fonte: Arquivo Institucional do Museu do Homem do Nordeste, Caixa nº 25.</p>
23		17

O MUSEU

O Museu do Homem do Nordeste (Recife/PE), fundado através da lei nº 6.687, de 17 de Setembro de 1979 foi concebido a partir dos acervos do antigo Museu do Açúcar, do Museu de Arte Popular e do Museu de Antropologia, inspirado no conceito de museu regional defendido por Gilberto Freyre. A concepção do MUHNE visava oferecer uma síntese da formação e das "gentes" que formavam o Nordeste do Brasil.

Localizado na Av. Dezesete de Agosto, 2187 - Casa Forte, cidade do Recife-PE. É importante destacar a localização do MUHNE, Casa Forte é um local tradicional, histórico e que abrigava engenhos (com as suas casasgrandes e respectivas senzalas) em seu passado colonial. Mas, ainda nos anos 80 e 90, quando começou a expansão imobiliária de arranha-céus no bairro, algumas construções chamavam a atenção pelos nomesque remontam à sociedade escravocrata e proveniente da monocultura da cana-de-açúcar. Pesquisando sobre o entorno

Foto 01: Museu do Homem do Nordeste.
Fonte: Acervo Pessoal, 2019.

7

Anna Karla da Silva Pereira

OS INSTRUMENTOS DE CASTIGO E PUNIÇÃO DE ESCRAVIZADOS DO MUSEU DO HOMEM DO NORDESTE E SEUS USOS NAS DISPUTAS DE NARRATIVAS DAS MEMÓRIAS NEGRAS

9. REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe. **Vida privada e ordem privada no Império**. In: História da vida privada no Brasil 2. Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo, Companhia das Letras, 1997b, p. 11-93.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BURKE, Peter. **O que é história Cultural?** 2º ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BURKE, Peter. **Cultura popular na idade moderna**. Europa 1500-1800. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. Editora Paz e Terra S.A, 5ª edição, 2006.

CHAGAS, Mário de Souza. **Memória e Poder: dois movimentos**. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias estudos Avançados de Museologia, 2002.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

ERMAKOFF, George. Coleção Francisco Rodrigues: **a fotografia e o mundo dos colecionadores**. In: ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa; MOTTA, Tereza Alexandrina (orgs.). O retrato e o tempo: Coleção Francisco Rodrigues, 1840-1920. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2014.

FRANCO, Maria Ignez Mantovani. **Processos e métodos de planejamento e gerenciamento de exposições**. 3º Fórum Nacional de Museus: Planejamento e organização de exposições, 2008.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: História da violência nas prisões**. São Paulo: Ática, 2002.

FOUCAULT, M. **Estética: literatura e pintura, música e cinema**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. Ditos & Escritos vol. III

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. São Paulo: Global, 2003.

FREYRE, Gilberto. **Ciência do Homem e Museologia: Sugestões em torno do Museu do Homem do Nordeste do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais**. Recife, IJNPS, 1979, II. (Série Documentos, 14)

FREYRE, Gilberto. Introdução. In: INSTITUTO JOAQUIM NABUCO DE PESQUISAS SOCIAIS. **O homem do Nordeste**. 1979, 73p. Série Documento, 12.

FREYRE, Gilberto. 23. Diário de Pernambuco. Recife, 23 de set. 1923. Da outra América.

_____. Um museu que teria atuação social [1924] In: Retalhos de Jornais Velhos. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964.

_____. Necessidade de institutos de pesquisa social no Brasil. Discurso proferido na Câmara Federal, Rio de Janeiro, 4 de dez. 1948.

_____. Ordem e progresso. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.

_____. Sugestões em torno do Museu de Antropologia no Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Recife: Imprensa Universitária, 1960. 41p.

_____. Ainda sobre o museu do I.J.N. Jornal do Commercio. Recife, 12 de jun. de 1960.

FUNDAÇÃO Joaquim Nabuco 60 anos: **Fontes para a sua história**, 1949-2009.

GASPAR, Lúcia. Aécio de Oliveira. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 21 de dezembro, 2019.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira**. Disponível em <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%20A9lia%20%20Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira%20281%29.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%20A9lia%20%20Racismo%20e%20Sexismo%20na%20Cultura%20Brasileira%20281%29.pdf)>. Acesso em 14 de Julho de 2021.

GUATTARI, Félix e ROLNIK, Suely. **Micropolítica - Cartografias do Desejo**. São Paulo, Editora Vozes, 8 ed. 2007.

GIUCCI, Guillermo; LARRETA, Enrique Rodríguez. **Gilberto Freyre: uma biografia cultural: a formação de um intelectual brasileiro: 1900-1936**. Rio de Janeiro:

Civilização Brasileira, 2007.

JELIN, Elizabeth **O trabalho de memória**. Madrid: Siglo XXI, 2002.

LARA, Silvia. **Campos da Violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4 ed. Tradução de Bernardo Leitão et al. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996. Título original: Stória e Memoria.

LODY, Raul. **O negro no museu brasileiro: Construindo identidades**/Raul Lody; – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

MACHADO, Maria Helena P. T. **Crime e escravidão : trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-1888)**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MANIFESTO Alter-Regionalista. Fundação Joaquim Nabuco, Museu do Homem do Nordeste, Recife, 2011

MIGNOLO, Walter (2000), **Local Histories/Global Designs: Essays on the Coloniality of Power, Subaltern Knowledges and Border Thinking**. Princeton: Princeton University Press.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Trad. de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.

HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós modernidade**. 11. ed., 1. reimp. – Rio de Janeiro: DP&A, 2011, p. 8.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História. ISSN 2176-2767 10 (1993).

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Cultura é patrimônio: um guia**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008, p.34.

PAVÃO, Luís. **Conservação de fotografia – o essencial**. In: Cadernos técnicos de conservação fotográfica, 3. 3 ed. rev. Rio de Janeiro: Funarte, 2004. [Organização do Centro de Conservação e Preservação Fotográfica da Funarte].

PEARCE, S. M.. **Pensando sobre objetos**. In: GRANATO, M.; SANTOS, C.P. (Orgs). Museu: Instituição de Pesquisa. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, Série Mast Colloquia, v.7, 2005. p.11-21.

PROGRAMA da ação do Centro Regionalista do Nordeste. Diário de Pernambuco, 07 de maio de 1924.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. **Gilberto Freyre: um vitoriano nos trópicos**. São Paulo: UNESP, 2005.

PAVÃO, Luís. **Conservação de fotografia – o essencial**. In: Cadernos técnicos de conservação fotográfica, 3. 3 ed. rev. Rio de Janeiro: Funarte, 2004. [Organização do Centro de Conservação e Preservação Fotográfica da Funarte].

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PEARCE, Susan M. **Museums, objects and collections**. Leicester (Inglaterra): Leicester Univ. Press, 1992.

POSSAMAI, Zita. **Nos bastidores do museu: patrimônio e passado da cidade de Porto Alegre**. Porto Alegre: Est Edições, 2001.

REZENDE, Antônio Paulo. Gilberto Freyre: **O Caminho da Casa Grande**. Caderno de Estudos Sociais, Recife, v.16, nº2, p.301-330, jul/dez., 2000.

SANTOS. Myrian Sepúlveda dos. **Entre troncos e Atabaques: Raça e Memória Nacional**. Colóquio Internacional Projeto Unesco 50 anos depois. Salvador, 2004.